

4. ELABORAÇÃO DOS CENÁRIOS ALTERNATIVOS DO PERH-BA

4.1 CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A concepção dos cenários para o PERH-BA parte dos pressupostos abaixo enunciados:

O Plano Estadual de Recursos Hídricos orientar-se-á para a busca do desenvolvimento sustentável que implica na conciliação entre o crescimento econômico e a conservação da natureza.

Em termos institucionais o PERH-BA está intimamente vinculado às estratégias de desenvolvimento formuladas no Plano Plurianual de Desenvolvimento (2004-2007) e à legislação vigente em níveis federal e estadual sobre os recursos hídricos.

O desenvolvimento sustentável objetivo do PERH-BA, em sua área específica de atuação, contempla as quatro dimensões estratégicas referidas no Projeto ÁRIDAS, quais sejam: geoambiental; econômico-social; científico-tecnológico e político-institucional. A dimensão geoambiental compreende a utilização e a conservação dos recursos naturais; a econômico-social consiste na integração de ambos componentes visando, de um lado, a efetiva inserção regional no desenvolvimento nacional, através do fomento aos agentes produtivos localizados na Região; e de outro, pelo crescimento com expansão do emprego e melhoria na redistribuição da renda. A dimensão científico-tecnológica contempla a efetiva integração entre os avanços científicos e sua conseqüente transformação em novos processos tecnológicos orientados para o desenvolvimento das forças produtivas e a simultânea conservação dos recursos naturais. Finalmente, do ponto de vista político-institucional pretende-se implementar um modelo de gestão integrada e descentralizada de desenvolvimento através de ações de parcerias entre agentes públicos e privados, nelas incluídas a efetiva participação da sociedade, valorizando-se a cidadania como condição essencial nessa participação.

Admitiu-se, nesta etapa, como cenário básico para o estudo das demandas, um cenário econômico e social prospectivo, correspondente aos anos 2005, 2010, 2015 e 2020, representado pelas projeções de crescimento populacional, industrial e de irrigação, a partir do comportamento observado no período intercensitário (projeções demográficas), do desenvolvimento do setor industrial e da expansão das áreas irrigadas.



No que se refere às indústrias e à irrigação, foram, também, considerados os planos, programas e projetos em gestação ou em implantação. Os resultados são relatados a seguir.

4.1.1 Cenários Demográficos

Embora não se possa estabelecer uma relação universal e direta entre desenvolvimento econômico e o comportamento das principais variáveis demográficas, no caso do Brasil, em particular, é possível ressaltar que a urbanização sofreu maior ímpeto a partir dos anos 50 quando se intensificou a industrialização. Nas regiões e estados em que a industrialização foi retardada – caso da Região Nordeste – a urbanização processou-se em menores ritmo e intensidade. Ressalta-se que apenas no início da década de 80 a população urbana superou a rural no Estado da Bahia. Contudo, o processo de urbanização na Bahia caracterizou-se pela intensidade e rapidez chegando a superar o da Região Nordeste no período 1991/2000. Assim, o grau de urbanização que em 1980 era de 49,29%, atingiu 59,10% em 1991 e 67,11% em 2000. Os reflexos nas taxas de crescimento demográfico são evidentes, registrando-se no período 1980/91 um crescimento anual de 2,1%, e de 1,1% a.a. no período 1991/2000. A redução das taxas de crescimento demográfico está diretamente vinculada à queda da fecundidade que, em 1980 era de 5,66 filhos/mulher, em 1991 situou-se em 3,33 e em 2000 apenas 2,3.

Outras variáveis demográficas sofrem influência positiva da urbanização tais como a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer, o que pode ser observado na Bahia.

Na tabela abaixo são indicados os números censitários e algumas variáveis demográficas para o Estado da Bahia, resultantes dos censos de 1980, 1991 e 2000.

Tabela 4.1.1 – Crescimento da População Baiana no Período 1980/2000

	População			Taxa de crescimento anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/2000
População total do estado (hab.)	9 454 346	11 867 991	13 070 250	2,1	1,1
População urbana (hab.)	4 660 304	7 016 770	8 772 348	3,8	2,5
População rural (hab.)	4 794 042	4 851 221	4 297 902	0,1	-1,3
Grau de urbanização(%)	49,29	59,10	67,11	19,9	13,5
Taxa de fecundidade total (filhos / mulher)	5,66	3,33	2,3	-41,2	-30,9
Esperança de vida ao nascer (anos)	58,82	64,74	67,7	10,1	4,6
Taxa de mortalidade infantil (*)	88,16	61,50	45,6	-30,2	-25,9

Fonte: IBGE: Censos da população para 2000 – Dados do Universo - (*) Óbitos de menores de 1 ano/1000 NV

Estudos feitos pelo IBGE/SEI (vide tabela 4.1.2 abaixo) projetam a evolução das variáveis demográficas referidas acima e as correspondentes populações totais nos anos 2010 e 2020. As taxas de crescimento médio anuais, segundo o estudo, constam da referida tabela.

Tabela 4.1.2 – Taxas de Crescimento da População para os Anos 2010 e 2020

	Ano 2000		Ano 2010	Ano 2020
População total	13 070 250		14 325 684	15 008 744
Taxa de fecundidade total	2,30		2,01	1,96
Esperança de vida ao nascer (anos)	67,7		69,4	69,7
Taxa de mortalidade infantil*	45,6		37,4	36,6
Taxa de crescimento médio anual (Bahia)	2000/2005 0,99	2005/2010 0,82	2010/2015 0,57	2015/2020 0,36
Taxa de crescimento médio anual (Nordeste)	2000/2005 1,21	2005/2010 1,08	2010/2015 0,87	2015/2020 0,70

Fonte: IBGE/SEI Projeções de populações por sexo e idade: Bahia 1991/2020 - (*) Óbitos de menores de 1 ano/1000 NV

As projeções populacionais para os horizontes de 2005, 2010, 2015 e 2020, procedidas neste item dos estudos, partem dos resultados censitários apontados e, como irão subsidiar a formulação e atualizações sucessivas do PERH-BA, optou-se por considerar duas hipóteses designadas de “conservadora” e “esperada”. Contudo, ambas as hipóteses são apresentadas por Região de Planejamento e Gestão da Água – RPGA, que constitui a divisão regional do PERH-BA.

4.1.1.1 Hipótese Conservadora

A hipótese “conservadora” toma por base as taxas de crescimento anual no período 1991/2000 das populações urbanas e rurais de cada um dos municípios, procedendo-se ajustes nestas taxas quando resultavam valores muito superiores ou

inferiores aos que seriam esperados, como por exemplos populações rurais quase nulas e populações totais extremamente elevadas. Tais situações foram constatadas nos casos em que as taxas anuais de crescimento apresentam valores absolutos superiores a 10% a.a, conforme exemplos constantes da tabela 4.1.3.

As projeções das populações total, urbana e rural, por município, foram reunidas em RPGAs. Vale, entretanto assinalar, que alguns municípios localizam-se parcialmente em duas ou mais RPGAs. Nesses casos, os critérios adotados consistiram em considerar as populações urbanas desses municípios na RPGA em que estão localizadas suas sedes, distribuindo-se as populações rurais proporcionalmente às áreas geográficas dos municípios localizadas em cada RPGA.

Tabela 4.1.3 - Ajustes nas Taxas de Crescimento Demográfico

Município	População			Taxa de Cresc.		Taxa Ajustada	
	2000			(%) 1991/2000		(%)	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Itaju do Colônia	8.580	6.441	2.129	9,3	-12,2	9,3	-10,0
Lauro de Freitas	113.543	108.385	5.158	10,4	-16,0	10,0	-10,0
Mascote	16.093	11.853	4.240	25,2	-15,2	10,0	-10,0
Mucuri	28.062	18.685	9.377	16,3	-3,4	10,0	-3,4
Nova Viçosa	32.076	24.636	74.440	11,3	-8,3	10,0	-8,3
Porto Seguro	95.721	79.619	16.102	14,6	4,0	10,0	4,0
Presidente Tancredo Neves	19.404	6.221	13.183	12,6	-2,4	10,0	-2,4
Santa Cruz Cabrália	23.888	13.527	10.361	17,4	13,4	10,0	10,0
São José da Vitória	6.210	5.154	1.056	-0,1	-12,6	-0,1	-10,0
Serra Preta	17.726	5.692	12.034	31,4	-3,9	10,0	-3,9
Uruçuca	20.323	14.158	6.165	5,1	-13,1	5,1	-10,0

4.1.1.2 Hipótese Esperada

A hipótese esperada corresponde ao cenário de desenvolvimento denominado sustentado, caracterizado por taxas geométricas de crescimento diferenciadas de acordo com os horizontes de tempo estabelecidos no PERH-BA. No item 4.1.4, Cenários de Desenvolvimento, são indicadas taxas de crescimento do PIB baiano da ordem de 2,5% a.a. no período de 2000 a 2005; de 3,5% a.a no período 2005 a 2010; e de 4,5% a.a. no período de 2010 a 2020. Neste cenário adotou-se como balizamento da estimativa de crescimento da população total, para os horizontes de tempo considerados, os indicados no estudo do IBGE/SEI, ou sejam:



Tabela 4.1.4 - Taxa de crescimento médio anual

2000/2005	0,99%
2005/2010	0,82%
2010/2015	0,57%
2015/2020	0,36%

Entretanto, foi concedido tratamento diferenciado aos municípios, individualmente e em conjunto, em função das características demográficas e do seu papel no contexto socioeconômico do estado. Essas análises basearam-se nos estudos desenvolvidos pelo Consórcio, especialmente no relatório final da Etapa 1, nomeadamente a "Espacialização da Economia e as Bacias Hidrográficas", "Características Gerais de cada Eixo de Desenvolvimento" e "Articulações entre os Eixos de Desenvolvimento e as Bacias Hidrográficas". Foram também objetos de consideração, as diretrizes do Plano Estratégico 2020 e do PPA 2004/2007 que adotam o conceito e definição dos Eixos de Desenvolvimento da Bahia anteriormente considerado no PPA 2000/2003, como visto no capítulo 3 deste relatório.

As diretrizes do Plano Estratégico apontam para o fortalecimento das economias dinâmicas dos eixos do litoral e do São Francisco, buscando irradiar seus resultados para algumas áreas dinâmicas dos eixos centrais. Isso implica em fomentar as atividades de turismo desenvolvidas no litoral, da indústria de transformação (química, petroquímica e automobilística) na Macrorregião de Salvador; da agroindústria no Extremo Sul e nos pólos do oeste e norte do São Francisco e do comércio e serviços em todas as grandes cidades, além dos pólos de informática em Ilhéus e calçadista, disseminado por 25 municípios.

O desenho dos Eixos de Desenvolvimento da Bahia reflete os espaços de atividades competitivas e dinâmicas da economia baiana, divididas entre as áreas do litoral e os extremos do território no oeste e norte do estado, e os espaços caracterizados por atividades de subsistência, de baixa densidade econômica, localizadas na área central do estado.

Do ponto de vista socioeconômico os fluxos observados nos oito eixos de desenvolvimento, no ano 2000 são expressos na tabela abaixo:

Tabela 4.1.5 - Fluxos Socioeconômicos por Eixos de Desenvolvimento – 2000

EIXO	2000
São Francisco	8,91
Chapada	5,61
Extremo Sul	5,43
Mata Atlântica	6,43
Metropolitano	44,41
Grande Recôncavo	17,55
Planalto	7,28
Nordeste	4,37
TOTAL	100

Fonte: Edgar Porto, Tese de Doutorado, SPE/SEPLANTEC em Bahia XXI

Observa-se que cerca de 75% dos fluxos socioeconômicos processavam-se nos eixos de desenvolvimento do litoral. Da mesma forma, cerca de 54% da população baiana habitavam esses eixos, conforme se depreende dos dados constantes na tabela a seguir.

Tabela: 4.1.6 - População, área, densidade e cidades de maior porte por Eixos de Desenvolvimento na Bahia -2000

Eixo de Desenvolvimento	População (hab.)	Área (Km²)	Densidade (hab/Km²)	Cidade de Maior Importância
Eixo São Francisco	1.604.956	242.802	6,6	Juazeiro
Eixo Chapada	1.543.135	103.641	14,9	Jacobina
Eixo Extremo Sul	664.850	29.444	22,6	Teixeira de Freitas
Mata Atlântica	1.161.295	23.230	50,0	Ilhéus
Metropolitano	3.021.572	3.069	984,5	Salvador
Grande Recôncavo	2.197.842	34.778	63,2	Feira de Santana
Eixo do Planalto	1.700.399	74.898	22,7	Vitória da Conquista
Eixo Nordeste	1.176.201	55.435	21,2	Paulo Afonso
	13.070.250	567.297	23,0	

Fonte: IBGE e cálculo do Consórcio

O Eixo Metropolitano destaca-se dos demais por apresentar quase 45% dos fluxos socioeconômicos e concentrar cerca de 24% da população estadual. Concentra quase que a metade do setor comercial e de serviços das cidades. Agregando-se a esse eixo o do Grande Recôncavo obtém-se um conjunto representativo de mais de 60% dos fluxos socioeconômicos e concentrando quase 40% da população estadual. Por sua vez, o Eixo do São Francisco, ocupando mais de 40% do território baiano, concentra apenas 9% dos fluxos socioeconômicos e pouco mais de 12% da população estadual. Entretanto, nesta região localizam-se as maiores possibilidades de áreas irrigadas do estado além de ser considerada estratégica para o desenvolvimento baiano.



Os eixos centrais do estado representam maior porção do semi-árido baiano e cerca de 17% dos fluxos socioeconômicos, ocupando mais de 40% do território e abrigando 4,5 milhões de habitantes. É considerada área de concentração de ações direcionadas para a solução de problemas sociais e, ao mesmo tempo, onde não se procurará estimular a atração de novos contingentes populacionais, exceto o incremento migratório interno para adensar o entorno das cidades médias desses eixos.

A análise da evolução socioeconômica dos eixos de desenvolvimento revela, na última década, que os que apresentaram maiores possibilidades de crescimento foram o Extremo Sul (61%), seguido pelo São Francisco (59%), Nordeste (21%) e Planalto (11%). Todos os demais mostraram redução no período, com maior ênfase para o Metropolitano (-11%), Mata Atlântica (-10%), Chapada (-6%) e Grande Recôncavo (-2%). Conclui-se, portanto, que as áreas de maior concentração populacional e de fluxos no estado tendem a crescer menos do que algumas novas regiões localizadas nos extremos do território baiano (norte, oeste e sul).

Com base nas considerações formuladas, dados e análises apresentadas no capítulo anterior, julgou-se adequado adotar critérios que privilegiem o aumento da população total e urbana nos municípios abrangidos pelos Eixos de Desenvolvimento do Extremo Sul, São Francisco, Nordeste e Planalto. Além da análise da evolução socioeconômica desses eixos fundamentar essa decisão, há que considerar as estratégias e diretrizes do PPA 2004-2007 e do Plano Estratégico que também conduzem a esse procedimento. Por outro lado, os Eixos de Desenvolvimento Metropolitano, Mata Atlântica, Chapada e Grande Recôncavo onde são menores as possibilidades de crescimento populacional, inclusive por haverem atingido um patamar superior, tendem a apresentar taxas mais modestas, como, aliás, já ocorreu na década passada.

A expressão prática dos princípios enunciados implica em identificar, para cada eixo de desenvolvimento, a RPGA ou conjunto de RPGA que o compõe e, em seguida, os municípios que o integram. A correspondência entre eixo e RPGA é indicada abaixo:

Tabela: 4.1.7 – Correlação entre Eixos de Desenvolvimento e RPGA

Eixo de Desenvolvimento	RPGA	Nº de Municípios	População Total (2000)
Extremo Sul	1	21	664.850
São Francisco	10,12,13,15,16 e 17	66	1.604.956
Nordeste	8,9 e 10	47	1.176.201
Planalto	2 e 4	68	1.700.399
Metropolitano	6	10	3.021.572
Mata Atlântica	3	45	1.161.295
Chapada	7, 11 e 14	82	1.543.135
Grande Recôncavo	5 e 6	78	2.197.842
TOTAL	-	417	13.070.250



Vale ressaltar que a RPGA tem sua divisão territorial baseada na disposição dos recursos hídricos por bacias, sendo, portanto, impossível uma coincidência de limites com os eixos de desenvolvimento, havendo superposição de RPGA em mais de um eixo. Entretanto, procurou-se considerar a correspondência RPGA/Eixo com base na maior porção territorial de cada RPGA.

Da relação acima e com base nas análises anteriores, depreende-se que as RPGA de números 1, 2, 4, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16 e 17 apresentam maior possibilidade de crescimento econômico e demográfico, enquanto que as de números 3, 5, 6, 7, 11 e 14 menor possibilidade.

A relação de municípios por RPGA foi completada com as análises das taxas de crescimento anual médio da população total, urbana e rural, bem como da taxa de urbanização (vide tabelas A4.1.1, A4.1.2, A4.1.3, A4.1.4, A4.1.5, A4.1.6, A4.1.7 e A4.1.8 no Anexo Cap. 4). Os critérios adotados no cálculo das futuras taxas de crescimento da população total e urbana consistiram em:

- **Taxas de crescimento da população total**

- foram adotadas as taxas do IBGE/SEI para os municípios das RPGA 3, 5, 6, 7, 11 e 14 que agregam cerca de 61% da população total.
- para os demais municípios as taxas adotadas foram as seguintes:
 - taxa de crescimento inferior a 1,1% (taxa de crescimento da população total no período 1991/2000): foram adotadas as taxas do IBGE/SEI .
 - taxa de crescimento entre 1,1% e 3,0%: foram adotadas as taxas abaixo: 2000/2005: 2,0%; 2005/2010: 1,8%; 2010/2015: 1,5%; 2015/2020: 1,0%
 - taxa de crescimento entre 3,0% e 5%: as taxas adotadas foram: 2000/2005: 3,0%; 2005/2010: 2,5%; 2010/2015: 2,0%; 2015/2020: 1,5%.
 - taxa de crescimento entre 5% e 10%: 2000/2005: 5%; 2005/2010: 4,0%; 2010/2015: 3,5%; 2015/2020: 2,0%.



- taxa de crescimento maior que 10%: 2000/2005:10%; 2005/2010: 5%; 2010/2015: 3,5%; 2015/2020: 2,0%.

• **Taxas de crescimento da população urbana:**

- foram adotadas as taxas de 2000/2005: 1,7%; 2005/2010: 1,5%; 2010/2015: 1,3%; 2015/2020: 1,0% para os municípios que integram as RPGA 3, 5, 6, 7, 11 e 14.
- os demais municípios tiveram sua população urbana estimada com base nas seguintes taxas:
 - taxa de crescimento inferior a 2,5% (taxa média de crescimento da população urbana no período 1991/2000): as mesmas taxas indicadas acima.
 - taxa de crescimento entre 2,5% e 5%: 2000/2005: 2,5%; 2005/2010: 2,0%; 2010/2015: 1,5%; 2015/2020:1,0%.
 - taxa de crescimento entre 5% e 10%: 2000/2005: 5%; 2005/2010: 4%; 2010/2015: 3%; 2015/2020: 2%.
 - taxa de crescimento maior que 10%: 2000/2005: 10%; 2005/2010: 5%; 2010/2015: 3,5% 2015/2020: 2%

Não obstante a adoção dessas taxas, houve necessidade de promover ajustes em casos especiais face aos resultados obtidos tais como população urbana superior à total.

Assim, para cada município foram projetadas as populações totais com base nessas taxas para os diferentes horizontes considerados: 2005, 2010, 2015 e 2020.

Obtidas as populações total e urbana de cada município para os horizontes de tempo considerados, as populações rurais foram calculadas por diferença.

No caso dos municípios que pertencem à mais de uma RPGA as projeções foram procedidas separadamente para a população total e para a população urbana e, em seguida, utilizou-se o mesmo critério adotado na hipótese conservadora, ou seja, considerou-se a população urbana na RPGA onde esteja localizada a sede municipal e a população rural proporcionalmente às áreas geográficas localizadas em cada RPGA. Os resultados constam na tabela A-4.1.9 no Anexo Cap. 4.



4.1.2 Considerações Preliminares sobre o Desenvolvimento Socioeconômico

Preliminarmente à formulação da concepção dos cenários de desenvolvimento cabe tecer considerações sobre o panorama geral da economia mundial, nacional e baiana nos anos mais recentes, para que os cenários futuros mantenham a aderência necessária à realidade.

4.1.2.1 Panorama Internacional

No que se refere à economia mundial cabe fazer referência ao relatório do Banco Mundial de dezembro de 2002¹. No referido documento estima-se que o PIB mundial deverá expandir-se 2,5% em 2003, ou seja, um corte de mais de 1% em relação à estimativa anterior. Ressalta o BIRD que este resultado, embora superior aos obtidos nos dois últimos anos, é bastante inferior aos 3,9% de 2000.

Transcrevem-se, a seguir algumas apreciações importantes contidas no documento citado:

“A previsão é de que, em 2003 os países ricos cresçam 2,1%, enquanto os países em desenvolvimento alcancem 3,9% de expansão, em média. Esses índices médios, no entanto, escondem diferenças regionais significativas. Entre os países em desenvolvimento, o Leste da Ásia deverá obter o melhor resultado – com crescimento de 6,1% -, enquanto a América Latina deverá ser a região de pior performance – com crescimento de apenas 1,8% (vide tabela 4.1.8)”.

A crise econômica da Argentina, com graves reflexos nos seus vizinhos menores, deprimiu os índices de crescimento de toda América Latina e do Caribe. O PIB regional, que foi de 0,4% em 2001, deverá sofrer uma contração de 1,1% em 2002. Excluída a Argentina, a região teria um crescimento de 0,7%. A redução dos fluxos líquidos de capital – de cerca de 50% - e as incertezas em relação às eleições no Brasil também foram outros fatores que abalaram a recuperação da região. A partir de 2003, entretanto, a região deverá retomar o seu ritmo de crescimento, devendo alcançar 3,7% de expansão em 2004”.

¹ Global Economic Prospects and the Developing Countries, 2003, BIRD, dezembro 2002

Tabela 4.1.8 – Comércio Internacional e Produto Interno Bruto
(Variação percentual em relação ao ano anterior)

	Estimativas Projeções			
	2001	2002	2003	2004
Comércio Internacional (Volumes)	0,5	2,9	7	8
PIB Mundial	1,1	1,7	2,5	3,1
Países Desenvolvidos	0,7	1,5	2,1	2,7
Países da OCDE	0,8	1,4	2,1	2,6
Estados Unidos	0,3	2,3	2,6	3,1
Japão	-0,3	0	0,8	1,3
Área do EURO	1,5	0,8	1,8	2,6
Países fora da OCDE	-0,7	2,3	3,7	5,3
Países em Desenvolvimento	2,9	2,8	3,9	4,7
Ásia Oriental e Pacífico	5,5	6,3	6,1	6,4
Europa e Ásia Central	2,3	3,6	3,4	3,6
Países em Transição	4,6	3,5	3,3	3,5
América Latina e Caribe	0,4	-1,1	1,8	3,7
excluindo a Argentina	1,2	0,7	1,9	3,6
Oriente Médio e Norte da África	3,2	2,5	3,5	3,7
Exportadores de Petróleo	2,4	2,4	3,7	3,6
Economia diversificada	4,3	2,2	2,7	3,6
Ásia Meridional	4,4	4,6	5,4	5,8
África ao Sul do Sahara	2,9	2,5	3,2	3,8

Fonte: BIRD, *Global Economic Prospects and the Developing Countries*, 2003

Em 2002, observou-se a maior queda nos investimentos diretos externos nos países em desenvolvimento desde a recessão global de 1981-83. A confiança dos investidores foi afetada pelos escândalos contábeis nos EUA e pela moratória da dívida Argentina, assim como o temor de que o Brasil também deixasse de honrar suas dívidas. O crescimento econômico, aquém do esperado, na Rússia e no Brasil também contribuiu para o afastamento dos investimentos.

Não há apenas menos investimento, mas os investidores também estão mais seletivos, diz o relatório. Conclui-se, portanto, serem necessários acordos de investimentos, que considerem as questões com mais amplo impacto, como a remoção de barreiras comerciais que incidem sobre as exportações dos países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento enfrentam o dobro das barreiras enfrentadas pelos países desenvolvidos em relação aos produtos manufaturados. O relatório ressalta que estão se tornando cada vez mais urgentes ações que possam remover as barreiras ao

comércio e ao investimento que, para muitos países, constituem o maior empecilho ao desenvolvimento.

Segundo o BIRD, as negociações iniciadas em Doha no Qatar, em novembro de 2001, no âmbito da Organização Mundial de Comércio, e que abordaram as necessidades dos países em desenvolvimento, estão dando sinais de estar indo pelo ralo. O Farm Bill (lei agrícola) dos EUA e o acordo para a manutenção dos gastos da União Européia com subsídios agrícolas até 2003 complicaram ainda mais as negociações.

Os anos de 2003 e 2004 são considerados pelo Banco Mundial como de fortalecimento da economia mundial, com aumento nos valores de comércio, nos preços dos produtos primários e nos fluxos de capital. A Argentina estabilizou-se um pouco e, passadas as eleições no Brasil, espera-se que retorne a confiança dos investidores e que haja menor aversão ao risco. Porém, muitos países continuam confiando em um volume significativo de financiamento por endividamento, especialmente no setor público. É preciso ajustar o gasto público para garantir a sustentabilidade fiscal e da dívida, salienta-se no relatório.

Complementando as análises, cabe ressaltar que o ano de 2002 caracterizou-se pelo aumento considerável do preço do petróleo e da ameaça de guerra contra o Iraque, questões que sem dúvida afetam negativamente a economia mundial e, sobretudo, a dos países emergentes, ao menos em 2003.

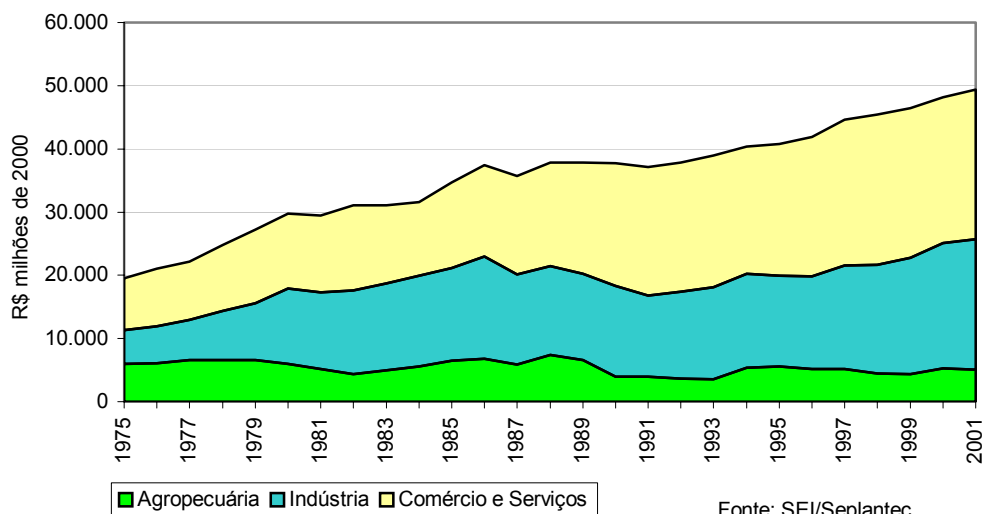
4.1.2.2 Panorama Estadual

4.1.2.2.1 Retrospectiva e Visão Panorâmica

Conforme se observa no Gráfico 4.1.1, o crescimento da economia baiana no último quarto do século XX apresentou quatro períodos distintos: entre 1975 e 1980 uma fase de evolução acelerada do PIB, ainda dentro do período dinâmico da economia brasileira que vigorou até o final da década de 70; na primeira metade da década de 80 (entre 1980 e 1986, mais exatamente), uma desaceleração do crescimento; na segunda metade desta década e início da seguinte (1986 a 1991), um período de estagnação acompanhando a fase recessiva mais aguda da história econômica recente do país; e, após 1991, uma retomada progressiva do crescimento – embora em ritmo mais lento do que o observado até 1980 – coincidente com a etapa de internacionalização da economia e reformas estruturais iniciada naquele ano. De modo geral, observa-se que a economia

baiana mais do que duplicou nestes 26 anos em termos reais (descontada a inflação), passando de um PIB de R\$ 20 bilhões em 1975 para um de R\$ 49 bilhões em 2001.

Gráfico 4.1.1 - Crescimento total e setorial do PIB real da Bahia entre 1975 e 2001



Observa-se ainda neste gráfico que a agropecuária baiana manteve-se estagnada neste período - apesar dos expressivos progressos alcançados em segmentos (grãos e culturas irrigadas) e regiões (Oeste e Vale do São Francisco) específicos - refletindo o efeito restritivo da insuficiência hídrica que afeta grandes porções do território estadual. São nítidos também no gráfico os graves efeitos econômicos dos períodos de secas extremas (início dos anos 80 e 90 / final da década de 90), que extrapolaram o âmbito do setor agropecuário e afetaram de modo perceptível a dimensão do PIB estadual total.

Outra particularidade deste período da economia baiana realçada no Gráfico 4.1.1 é o dinamismo apresentado pelo setor industrial. O que se nota é que, mesmo tendo ocorrido (como em toda a Região Nordeste) uma expansão importante do setor terciário resultante das políticas públicas de redução das desigualdades regionais – que produziram expressivo fortalecimento das estruturas de serviços governamentais em todos os níveis, a indústria baiana foi o setor que mais ampliou sua participação no PIB estadual, desempenhando papel central no desenvolvimento da Bahia.

O efeito propulsor da indústria baiana sobre o desenvolvimento econômico estadual é evidenciado nas taxas de crescimento apresentadas na tabela 4.1.9, na qual

observa-se que o secundário foi o setor que mais rapidamente cresceu entre 1975 e 2000 e o que esteve sempre à frente nos períodos de expansão da economia. Fica evidente também que a economia baiana evoluiu proporcionalmente mais do que a do país como um todo, principalmente até 1986, mantendo após 1991 um ritmo médio de expansão próximo – embora ainda superior - ao do conjunto do Brasil.

Tabela 4.1.9 - Taxas médias de crescimento do PIB: BA por setores e total Brasil (% a.a)

Períodos	Agropecuária BA	Indústria BA	Comércio e Serviços BA	Total BA	Total Brasil
1975-1980	0,1	17,31	7,76	8,83	7,2
1980-1986	2,08	5,24	3,37	3,89	2,28
1986-1991	-10,46	-4,43	7,03	-0,17	0,62
1991-2001	2,54	4,81	1,53	2,88	2,69
1975-2001	-0,66	5,32	4,18	3,63	3,04

Fontes: SEI / Seplantec (BA) e IPEA (BR).

Tomando-se estes 26 anos como imagem retrospectiva de um período de longo prazo – durante o qual distintas situações conjunturais e estruturais se manifestaram, pode-se inferir que a tendência predominante tem sido a de progressiva redução da defasagem de desenvolvimento entre a Bahia e as regiões mais ricas do país, cabendo ao setor industrial do estado o papel de núcleo dinâmico deste processo.

Esta redução se dá tanto em termos globais quanto na média por habitante, conforme se observa nas taxas de crescimento do PIB *per capita* apresentadas na tabela 4.1.10. Este aumento da riqueza gerada por habitante é indício de um processo de capitalização e desenvolvimento tecnológico das unidades produtivas, de um lado, e de capacitação da mão-de-obra, de outro. De fato, a preços de 2001, o PIB *per capita* baiano passou de R\$ 2.460/ano em 1975 para R\$ 4.104/ano em 2001 (SEI/Seplantec), enquanto o brasileiro cresceu no mesmo período de R\$ 5.131/ano para R\$ 6.961/ano (IPEA). Ou seja, a relação entre a produtividade média do trabalho na economia baiana e a observada no país como um todo evoluiu de 48% em 1975 para 59% em 2001.

Tabela 4.1.10 – Taxas médias de crescimento do PIB *per capita*: BA e Brasil (% a.a)

Períodos	BA	Brasil
1975-1980	7,02	4,54
1980-1986	1,7	0,19
1986-1991	-2,07	-1,07
1991-2001	1,77	1,26
1975-2001	1,99	1,18

Fontes: SEI / Seplantec (BA) e IPEA (BR)



É interessante observar na tabela 4.1.11, que apresenta os dados relativos à participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no PIB brasileiro no período 1997-2000, que a Região Nordeste como um todo tem mantido inalterada sua participação, ao contrário da Bahia, que registrou aumento neste período – dando indícios de uma retomada nos anos mais recentes da tendência de longo prazo apontada nas tabelas e análises precedentes. Vale ressaltar que na Região Nordeste a Bahia destaca-se com a maior participação, vindo em seguida Pernambuco e Ceará.

Em um estudo elaborado pela Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA², é procedida uma análise do comportamento setorial da economia baiana e de suas perspectivas para os próximos anos. Dele foram extraídas as informações e considerações julgadas mais relevantes, expostas a seguir.

² Economia Baiana: Desempenho e Perspectivas, julho de 2000 - DESENBAHIA



Tabela 4.1.11 – Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no produto interno bruto do Brasil a preço de mercado corrente – 1997-2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1997	1998	1999	2000
Brasil	100	100	100	100
Norte	4,42	4,48	4,45	4,6
Rondônia	0,48	0,5	0,52	0,51
Acre	0,15	0,16	0,16	0,15
Amazonas	1,65	1,65	1,6	1,71
Roraima	0,07	0,08	0,08	0,1
Pará	1,69	1,7	1,71	1,72
Amapá	0,18	0,16	0,16	0,18
Tocantins	0,2	0,21	0,22	0,22
Nordeste	13,09	13,05	13,11	13,09
Maranhão	0,85	0,79	0,81	0,84
Piauí	0,49	0,48	0,49	0,48
Ceará	2,02	2,06	2	1,89
Rio Grande do Norte	0,77	0,75	0,79	0,84
Paraíba	0,8	0,79	0,81	0,84
Pernambuco	2,69	2,71	2,67	2,64
Alagoas	0,66	0,67	0,66	0,64
Sergipe	0,56	0,55	0,56	0,54
Bahia	4,25	4,24	4,32	4,38
Sudeste	58,57	58,16	58,25	57,79
Minas Gerais	10,01	9,79	9,63	9,64
Espírito Santo	1,86	1,9	1,93	1,96
Rio de Janeiro	11,22	11,01	11,75	12,52
São Paulo	35,47	35,46	34,94	33,67
Sul	17,68	17,48	17,75	17,57
Paraná	6,07	6,21	6,34	5,99
Santa Catarina	3,66	3,55	3,66	3,85
Rio Grande do Sul	7,95	7,72	7,75	7,73
Centro-Oeste	6,25	6,84	6,45	6,95
Mato Grosso do Sul	1,07	1,1	1,12	1,08
Mato Grosso	1,05	1,08	1,2	1,22
Goiás	1,84	1,91	1,84	1,97
Distrito Federal	2,29	2,75	2,29	2,69

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacional, Contas Regionais do Brasil 1997-2000.



4.1.2.2.2 O Setor Agrícola

O desempenho da agricultura baiana na década de noventa pode ser caracterizado como instável, tendo apresentado grandes flutuações no valor da produção e alternância de boas e más safras no período. As maiores dificuldades do setor estão relacionadas à estrutura de financiamento e comercialização e aos fatores climáticos, cujos efeitos negativos são potencializados nas regiões estruturalmente mais frágeis. As regiões mais dinâmicas e alavancadas por fatores tecnológicos são o oeste, com a cultura de soja e, o Médio São Francisco, com a fruticultura irrigada.

A partir de 1995 intensifica-se a ação governamental de estímulo à agropecuária, através de ações da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e do Banco do Nordeste, tendo sido aportados cerca de R\$ 700 milhões no período 1995/98. Estes recursos foram aplicados principalmente em programas de melhoria de competitividade nos negócios, na recuperação e modernização de importantes setores agropecuários (cacau, café e pecuária), na implementação de projetos de desenvolvimento sustentável e ainda no direcionamento de recursos emergenciais para áreas atingidas pela seca.

Em 1998, o setor primário representou 10,3% do produto gerado pela economia baiana (Bahia em Números, 1999), concentrando-se essencialmente nos cultivos de soja, café, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e cacau. O Valor Bruto da Produção situou-se em torno de R\$ 4,6 bilhões e a safra de grãos, a mais importante, foi de 26 milhões de toneladas. O produto exclusivamente agrícola foi de R\$ 3,0 bilhões, 20% superior ao do ano de 1998, crescimento este induzido principalmente pela exportação de grãos, beneficiada pela desvalorização cambial.

Se por um lado à desvalorização do real tornou mais competitivos os produtos voltados para a exportação, por outro, provocou uma elevação de alguns custos de produção, especialmente aqueles relacionados com os insumos importados. Desta forma, a elevação destes custos e os baixos preços das *commodities* agrícolas, hoje observados no mercado internacional, devem induzir um menor crescimento da renda gerada pelo setor durante os próximos anos.

O complexo soja-carne na região dos cerrados baianos é dos mais dinâmicos do segmento no estado. A cultura da soja cresceu vertiginosamente, tendo elevado a produção de 76 mil toneladas em 1984 para cerca de 1 milhão de toneladas em 1994,



enquanto a produtividade praticamente dobrou no mesmo período, passando de 1.200 Kg/ha para 2.048 kg/ha. Um conjunto de fatores tem contribuído para o desenvolvimento da região dos cerrados: a aplicação de tecnologias na superação da baixa fertilidade e acidez dos solos (desenvolvimento de novos materiais genéticos, rotação de culturas e aplicação de fertilizantes), a disponibilidade de vastas áreas de terra ofertadas a baixo custo e a existência de rios permanentes de elevada vazão mínima (bacias dos Rios Corrente e Grande), possibilitando investimentos em canais de drenagem e irrigação.

A Bahia responde por 25% das exportações brasileiras de frutas *in natura* ou sob a forma de sucos. Suas vantagens competitivas são a disponibilidade de terra barata, oferta de mão-de-obra a baixo custo, topografia e condições climáticas favoráveis e grande potencial para irrigação. Sobressaem-se as culturas de laranja, mamão, uva, abacaxi, maracujá, melancia, manga e melão, principalmente na região de Juazeiro. Outras regiões apresentam potencial para a fruticultura, a exemplo do Vale do São Francisco, Litoral Norte, Oeste, Vale do Paraguaçu e Extremo Sul. A questão logística tem fragilizado a fruticultura baiana nos seus aspectos de integração estratégica com a economia do estado, fato que é agravado pelos problemas viários e de infra-estrutura portuária.

Uma das culturas de maior perda de importância no cenário da agricultura baiana foi o cacau, que respondia, sozinha, por 36,2% do valor bruto da produção agrícola do estado, em 1985, e passou a responder por apenas 5,9%, em 2000. Com a disseminação da praga da “vassoura de bruxa” e a entrada, no mercado internacional, do fruto produzido pelos países africanos, o cacau atravessou a maior crise de sua história, sendo responsável por grande baque na economia da zona cacauzeira, com forte aumento do desemprego na região. Recentemente, com o apoio da CEPLAC e do Instituto Biofábrica de Cacau, vêm sendo introduzidas variedades resistentes à praga, já ocupando cerca de um terço da área plantada, resultando numa pequena recuperação da economia regional.

4.1.2.2.3 O Setor Industrial

O setor secundário - representando 38,4% do PIB do estado em 1998 e ampliando sua participação para 41,3% em 2000, segundo a SEI/IBGE - caracteriza-se pela predominância da produção de insumos intermediários; a concentração dos empreendimentos na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a dependência dos mercados do Sul e Sudeste para colocação da produção internamente; e a dependência



das flutuações dos preços das *commodities* constantes de sua pauta. Em paralelo, em virtude do fato de ser o menos enraizado em termos locais, o setor industrial tem ocupado posição de destaque nas estratégias de atração de investimentos do estado. De acordo com dados da publicação “Tendências da Economia Baiana” (Bahia, Seplantec, 2000, p. 221), dos R\$ 16,0 bilhões em investimentos previstos para o estado no período 2000/2003, apenas a indústria de transformação responde por R\$ 10,7 bilhões, equivalentes a 66,9% do total.

- **Química, Petroquímica e Transformação Plástica**

Com 47,6% da produção da indústria de transformação em 1998 e 33,0% das exportações da Bahia em 2000, o subsetor químico e petroquímico tem suas atividades no estado concentradas no Pólo Petroquímico de Camaçari, que iniciou a sua operação em 1978, contando hoje com investimentos totais estimados em US\$ 8 bilhões e respondendo pelo suprimento de 50% da produção nacional de produtos petroquímicos. Esse subsetor produz cerca de 2,4 milhões de toneladas/ano de petroquímicos básicos destinados ao suprimento de cerca de 40 indústrias de segunda geração petroquímica ou à exportação. A capacidade de produção de etileno, principal matéria-prima básica para o setor de termoplásticos e normalmente utilizada como referencial do porte de complexos petroquímicos, é de 1,2 milhão de toneladas/ano (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari).

Na sua concepção física, o Complexo Petroquímico conta com uma central de matérias-primas que disponibiliza para as empresas de segunda geração toda a gama de produtos petroquímicos básicos requerida. A sua operação é de responsabilidade da Copene (Petroquímica do Nordeste S.A), que também opera uma central responsável pelo fornecimento de utilidades (água tratada, vapor, energia elétrica e gases industriais) para todas as empresas do complexo, proporcionando significativa economia de escala na geração destes insumos auxiliares.

Em relação às perspectivas de crescimento do Pólo Petroquímico, destaca-se a implantação do complexo industrial da Monsanto, em Camaçari, com investimento previsto de R\$ 990 milhões, finalização prevista para 2003 e produção estimada de 120 mil t/ano de diversas matérias-primas e 25 mil t/ano de herbicidas. O projeto é o maior da Monsanto fora dos Estados Unidos e o primeiro do Hemisfério Sul com o seu perfil de produção (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). No total, estão previstos investimentos de R\$ 1,95 bilhão no período 2000/2003.



• A Indústria de Transformação Plástica

Estima-se que a indústria de transformação plástica no estado englobe 65 empresas em atividade, que transformam cerca de 105 mil t/ano de produtos petroquímicos de segunda geração. Assim, a produção local representa um volume inferior a um quarto da demanda do estado, de tal forma que a quase totalidade dos produtos petroquímicos de uso final consumidos na Bahia é procedente de outros estados da federação.

Os principais bens produzidos localmente são tubos, conexões, lonas e laminados plásticos, sacos de rafia, espumas, estofados, travesseiros e colchões, embalagens, garrafas e copos plásticos. O processo de extrusão predomina na produção de tubos para construção civil e rafia, com uma oferta de 3.500 t/mês, e na produção de filmes de polietileno (cerca de 1.000 t/mês) para atender os mercados de alimentos, supermercados, fertilizantes e bebidas. O processo de moldagem por sopro responde por uma produção aproximada de 800 t/mês, voltada predominantemente para a produção de embalagens utilizadas nos setores de limpeza e higiene, engarrafamento de água mineral, refrigerante e sucos. Há também uma atividade incipiente na produção de engradados para bebidas, equipamentos de segurança, utilidades domésticas e, mais recentemente, de embalagens PET para bebidas. As indústrias do setor estão espalhadas pelo estado, principalmente na RMS (Centro Industrial de Aratu, Pólo Petroquímico e zonas urbanas da periferia de Salvador), Centro Industrial de Subaé, em Feira de Santana, e em alguns outros municípios (Itabuna e Vitória da Conquista).

Na época da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari já havia sido explicitada a intenção de se estabelecer uma indústria de transformação a jusante do Complexo Básico. Porém, os resultados obtidos ficaram aquém do desejado, uma vez que, do ponto de vista estritamente empresarial, a decisão pelo Sul e Sudeste do país revelava-se mais competitiva, dado que a proximidade do mercado consumidor favorecia a transformação plástica naquela região. Para a Bahia, a transformação plástica representa a possibilidade de encadeamento vertical perseguida, evitando a excessiva exposição a flutuações dos preços de *commodities*, gerando mais emprego, absorvendo tecnologia, incorporando *design* e incentivando empresas de menor porte. Por esta razão o setor tem aparecido sistematicamente nas diretrizes estratégicas de desenvolvimento econômico e conta com investimentos programados da ordem de R\$ 733 milhões para o período 2000/2003.



- **Metal-mecânica**

O segmento metal-mecânico, que compreende os setores de metalurgia e a indústria mecânica, é o segundo em importância na indústria de transformação do estado. Na Bahia, o setor metalúrgico especializou-se na produção de commodities siderúrgicos básicos e na metalurgia de não-ferrosos, destacando-se os produtos derivados do cobre, alumínio e ferroligas. A indústria mecânica foi impulsionada pelos ciclos de desenvolvimento industrial, inicialmente pela atividade de refino de petróleo e, posteriormente, pelo Centro Industrial de Aratu e Pólo Petroquímico de Camaçari.

A crise do início dos anos 1990 teve impactos negativos sobre o setor metalúrgico, que, ao longo da década, procurou adaptar-se ajustando sua produção por meio, inclusive, da paralisação de unidades. A inevitável reestruturação deu-se com ênfase na modernização tecnológica, redução de custos e melhorias de escala.

Atualmente, a grande perspectiva para o setor é a implantação de um pólo automobilístico na Bahia, em função do regime automotivo especial que concedeu incentivos às montadoras que se instalassem nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O principal resultado deste programa é o projeto Amazon Ford, que prevê investimentos de R\$ 2,15 bilhões na unidade da Ford e em mais 17 empresas fornecedoras de partes, peças, componentes e serviços. Outros investimentos são previstos, destacando-se a modernização e ampliação da planta da Caraíba Metais visando ampliar a produção exportável e atender o suprimento interno de cobre eletrolítico, além de iniciar a operação de uma unidade de trefilação que produzirá fio de cobre, essencial ao suprimento das indústrias de transformação que se pretende atrair para o estado no âmbito do programa Pró-Cobre. A revitalização esperada para o setor mecânico relaciona-se, portanto, à perspectiva do desenvolvimento da indústria de autopeças no entorno do pólo automobilístico em Camaçari. Para o período 2000/2003 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 2,6 bilhões no setor.

- **Agroindústria**

Na estrutura da indústria de transformação do estado, a agroindústria ocupa a terceira posição no ranking geral, correspondendo a 16,5% do total. O crescimento desse segmento no período recente foi parcialmente comprometido em função da crise da lavoura cacaueira e a conseqüente perda de grande parte do seu segmento de transformação industrial. Por outro lado, a dinamização das cadeias de grãos/carnes no



oeste baiano e da produção frutícola na região de Juazeiro têm contribuído para um incremento de suas atividades no estado.

No total, estão previstos, para o segmento agroindustrial como um todo, investimentos de R\$ 4,6 bilhões no período 2000/2005 (Bahia, Seplantec, 2000, p. 252). Este valor considera investimentos na cadeia agroindustrial, e, por esta razão, dele fazem parte os investimentos estimados para a implantação da Veracel e da Monsanto, que do ponto de vista metodológico, pertencem aos setores madeireiro e químico/petroquímico, respectivamente. Como reflexo do desenvolvimento das regiões Oeste e do Médio São Francisco, a maioria dos projetos (36,9%) está localizada no eixo São Francisco, que contém estas duas regiões (embora este percentual caia para apenas 13,8% se forem considerados os montantes investidos, justamente em função da concentração dos investimentos nos empreendimentos mencionados acima).

- **Papel e Celulose**

O setor de papel e celulose detém a quarta posição no setor de transformação industrial da Bahia (3,9%, de acordo com dados da SEI, Bahia em Números, 1999, p. 64) e a segunda posição no ranking das exportações (15,2%, de acordo com dados do Informativo do Comércio Exterior da Bahia, 2000, p. 15). Os investimentos anunciados para o segmento no período 2000/2003 alcançam R\$ 2,16 bilhões. O principal fator de atratividade desses investimentos é o alto rendimento decorrente dos níveis de produtividade excepcionais obtidos na região, situando o custo de produção de eucalipto em US\$ 300/t, extremamente competitivo face à média internacional de US\$ 510/t (FIEB, 1998, p. 30). Isso se deve à qualidade do solo, às condições climáticas favoráveis (clima quente e úmido), à disponibilidade de terras baratas e à topografia plana, que favorece a mecanização.

A verticalização pretendida para o setor, fundamenta-se nos planos de aproveitamento de commodities para a produção de papel e ao desenvolvimento da indústria de móveis, intensiva em mão-de-obra. O principal projeto previsto para o segmento é o da Veracel Celulose, que corresponde a 91,9% do total dos investimentos projetados para o setor.

- **Outros Segmentos Industriais**

A política de concessão de incentivos fiscais como forma de atração de investimentos conseguiu viabilizar o desenvolvimento de dois importantes segmentos



industriais hoje com boa representatividade na matriz produtiva do estado: informática e calçados.

O pólo de informática de Ilhéus responde por cerca de 10% da produção nacional de microcomputadores, pretendendo-se que, até 2003, esse percentual eleve-se para 25% de acordo com declaração do Secretário da Indústria, Comércio e Mineração à Gazeta Mercantil (Gazeta da Bahia, 04/05/2000). Os investimentos já realizados alcançam R\$ 93 milhões, aplicados em 12 empreendimentos, gerando 970 empregos diretos. Outras empresas já têm projetos para a região, contemplando produzir, além dos computadores pessoais, notebooks, servidores e implementos para redes, equipamentos para TV a cabo e produtos para automação industrial.

O segmento de calçados, contrariamente ao que ocorreu com o de informática, distribuiu suas unidades produtivas em várias regiões do estado, iniciando pelo Sudoeste (Itapetinga e Jequié) e se espalhando para outras regiões (Recôncavo, Litoral Norte, Extremo Sul e micro-região de Feira de Santana). Considerados os investimentos já realizados e os protocolos de intenção firmados com o Governo do Estado, os investimentos alcançariam US\$ 263 milhões, o que significaria a geração de 35 mil empregos diretos e 100 mil indiretos com os projetos a plena carga (Gazeta da Bahia, 04/05/2000).

4.1.2.2.4 Setor de Saneamento

O acesso à água potável é fundamental para a saúde e bem estar da espécie humana, competindo ao poder público, por se tratar de "serviço essencial", garantir a todos estes acessos, por meio de políticas adequadas, tecnologias apropriadas e serviços de qualidade.

Entretanto, no planeta, cerca de 1,1 bilhões de pessoas ainda não tem acesso aos serviços de abastecimento de água e 2,4 bilhões não são servidos com apropriados sistemas de esgotamento sanitário (World Water Council, 2003). Esta situação é mais evidente nos países em desenvolvimento, expondo crianças e mesmo adultos a riscos de contraírem doenças de veiculação hídrica, como hepatite, diarreias, cólera, bem com a degradação ambiental pela poluição das águas.

Diante desta situação, a Organização das Nações Unidas definiu como uma das principais metas para o desenvolvimento sustentável do mundo a redução, pela metade,



até 2015, da população sem acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No Brasil, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), cerca de 22% das residências brasileiras não são servidas com redes de abastecimento de água e 37% não dispõe de redes coletoras de esgotos. Dos esgotos coletados, apenas 35% são tratados, sendo o restante lançado "in natura" nos córregos e rios que cortam as áreas urbanas.

A partir de uma pesquisa feita pela Organização Européia de Cooperação e Desenvolvimento – OCDE, Camargo (2002), concluiu que o Brasil não tem um serviço de saneamento universalizado porque não tem renda e os poucos recursos que consegue gerar para o setor são mal aplicados. A autora afirma ainda que os baixos níveis de renda da população limitam a possibilidade de repasse integral dos custos dos serviços para a tarifa e que, portanto, viabilizar os investimentos necessários à universalização dos serviços de saneamento através do repasse dos custos para a tarifa é praticamente muito difícil, principalmente no caso de municípios mais carentes. A autora conclui que a reestruturação do setor de saneamento deve ser acompanhada pela abertura de novas fontes de financiamento, de baixo custo e subsidiados, para que o País possa alcançar a universalização dos serviços.

As medidas de restrição de crédito ao setor público, utilizadas a partir de 1998, como estratégia da política econômica para o ajuste fiscal e controle do déficit público, estrangularam as alternativas de financiamento do setor, historicamente atrelado à utilização de recursos financeiros federais para expansão e melhoria dos serviços. Isto impediu que estados e municípios contratassem neste período mais de R\$ 5 bilhões, disponíveis no FGTS para financiamento, que seriam suficientes para reduzir em cerca de 20% o número de domicílios sem acesso aos serviços de saneamento no País.

Além dos problemas de financiamento e geração de receita citados, muitas das infra-estruturas de saneamento atualmente em operação são ineficientes, com significativa parcela de ligações não contabilizadas, com perdas de água no sistema superiores a 40% e freqüentes discontinuidades de serviços. Não resta dúvida que, de maneira geral, o setor de saneamento brasileiro precisa passar por profundas reformas para se tornar competitivo e passar a oferecer um serviço de qualidade a toda a população.



Entretanto, decorrida quase uma década do Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS do governo federal, que se propunha a construir uma nova política de saneamento para o País, o setor ainda passa por grandes indefinições quer sejam de caráter organizacional da prestação de serviços, de estrutura da regulação e mesmo da política de financiamento. Por outro lado, a política social que deseja adotar o novo governo federal e a constante atuação do ministério público com respeito à poluição causada pela falta de saneamento básico nas áreas urbanas cria boas perspectivas para o setor. Contudo, o desempenho operacional e a situação financeira das operadoras não deverão apresentar mudanças consideráveis, caso as medidas institucionais e os incentivos não sejam implementados (Banco Mundial, 2002).

Sejam quais forem as ações que serão adotadas pelo novo governo federal, será necessário superar os seguintes desafios:

- Buscar alternativas tecnológicas, capacitação e recursos financeiros que possibilitem atender com abastecimento de água de qualidade e esgotamento sanitário seguro, principalmente, os municípios mais carentes;
- Reduzir a poluição dos cursos d'água e a incidência de doenças de veiculação hídrica, principalmente nas periferias das regiões urbanas;
- Aumentar a eficiência dos prestadores de serviço;
- Organizar o atual quadro de indefinições institucionais, política e de financiamento para o setor.

O Estado da Bahia não difere muito do panorama geral brasileiro. Segundo o Diagnóstico do Plano de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, elaborado por esta consultoria, cerca de 8% da população urbana ainda não tem acesso aos serviços de abastecimento de água e mais de 70% não são atendidas com sistemas de esgotamento sanitário. Da parcela que é servida com sistemas coletores de esgotos, um pouco mais da metade do volume coletado é tratado antes de ser disposto nos cursos d'água. Portanto, guardadas as devidas particularidades, os cenários futuros sobre o saneamento básico do estado estarão muito atrelados aos mesmos referenciais mencionados para o País, como um todo.



4.1.3 Perspectivas Futuras da Economia Baiana

Os investimentos previstos colocam a Bahia na quarta posição no ranking nacional de atração de investimentos e na primeira posição na Região Nordeste. Ainda que os dados referentes ao total dos investimentos anunciados devam ser empregados com cautela, a aplicação de uma metodologia unificada em todo o país pelo Centro de Dados da Gazeta Mercantil, de qualquer maneira, posiciona confortavelmente a Bahia em relação aos demais estados, uma vez que sua participação na atração de investimentos, considerando o total do país, é superior à sua participação relativa no PIB.

Deve-se chamar a atenção para o fato de que, do total dos investimentos previstos para o setor industrial, 77,6% referem-se à implantação de novas unidades (contra apenas 55,7% das intenções de investimentos coletadas em 1997, sendo o restante referente à ampliação de unidades já existentes). Embora este dado por si não indique necessariamente aderência aos objetivos de produção de bens finais no estado, eles podem ser usados ao menos como indicativos de uma tendência de diversificação da matriz industrial instalada na Bahia.

A Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, prevê os investimentos no período 2000 até 2005, conforme indicado na tabela 4.1.12 a seguir.

Tabela 4.1.12 Investimentos Previstos de 2000 até 2005 no Estado da Bahia

Segmento	Investimentos (US\$ 1.000)
Agricultura Irrigada	1.262.935
Turismo	4.311.512
Indústria	14.405.498
Infra-estrutura	8.418.000
Energia	3.541.000
Telecomunicações	2.998.000
Comércio e Serviços	1.035.000
Total	35.971.945

Fonte: Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia

Vale ressaltar, entretanto, que os valores apresentados, além de parecerem muito otimistas, estão sujeitos a alterações provocadas pela conjuntura internacional e nacional. Neste último caso sobrepõe a possibilidade de alteração na legislação fiscal de que tem se beneficiado o Estado da Bahia.



4.1.4 Cenários de Desenvolvimento

4.1.4.1 Bases Conceituais

Alguns elementos básicos servem de balizadores conceituais para estimativas de crescimento do PIB do estado nos próximos anos:

- Condições sistêmicas decorrentes do comportamento esperado da economia brasileira, envolvendo, sobretudo a trajetória das taxas de juros e das taxas de câmbio, além da capacidade de atração de investimentos externos. Ainda que previsões desta natureza estejam condicionadas por fatores muitas vezes difíceis de prever, é lícito afirmar que há um cenário relativamente otimista para o comportamento da economia brasileira nos próximos anos, sobretudo quando comparado ao comportamento recente;
- A capacidade de atração de investimentos produtivos do estado. Sobre este aspecto, ainda que a Bahia venha apresentando um bom desempenho no período recente quando comparada com outros estados da federação, é preciso analisar de forma mais clara os impactos das prováveis alterações na legislação fiscal sobre a capacidade de o estado permanecer atraindo investimentos mediante a concessão de benefícios de natureza tributária.
- O estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento econômico relativamente mais rápido da Bahia do que a média brasileira resulta da combinação dos intensivos esforços locais de fomento com o próprio amadurecimento embrionário da estrutura produtiva e da produtividade do trabalho observado algumas décadas atrás. O trajeto até aqui percorrido aproveitou o impacto relativo ampliado dos investimentos públicos e privados das décadas recentes incidindo sobre uma base produtiva inicialmente frágil. A defasagem ainda hoje existente entre os PIB per capita médio estadual e nacional indica, sob este aspecto, a permanência ainda de um potencial de ritmo de crescimento superior à média brasileira, mas esta perspectiva tende a ser reduzida na medida em que os indicadores das condições médias de desenvolvimento do estado e do país apresentem valores convergentes.

Portanto, com base no comportamento retrospectivo da economia baiana - que vem ampliando sua participação relativa no PIB do Brasil seja no horizonte das últimas décadas ou no dos últimos anos - e tendo em vista tanto os fatores subjacentes a este processo como os investimentos anunciados para o estado, parece lícito supor que a economia baiana tenderá a crescer, a taxas médias superiores às taxas observadas no país no horizonte do PERH-BA.

4.1.4.2 Projeções

O Plano Estratégico e o PPA reafirmam uma estimativa de crescimento do PIB baiano superior ao nacional. Estabelecem, ademais, o objetivo de que o IDH da Bahia suplante o IDH médio nacional até 2020. Em 2000, observou-se os valores da Tabela 4.1.13, adiante, para os indicadores de desenvolvimento econômico e humano da Bahia e do Brasil.

Tabela 4.1.13 – PIB per capita e IDH em 2000: BA e BR

Discriminação		PIB per capita (R\$ de 2000)	IDH Total	IDH Educação	IDH Renda	IDH Longevidade
Média Brasil		6.486	0,759	0,847	0,708	0,722
Bahia	Valor	3.688	0,693	0,785	0,62	0,675
	Posição	15	20	18	22	22
BA / BR		57%	91%	93%	88%	94%

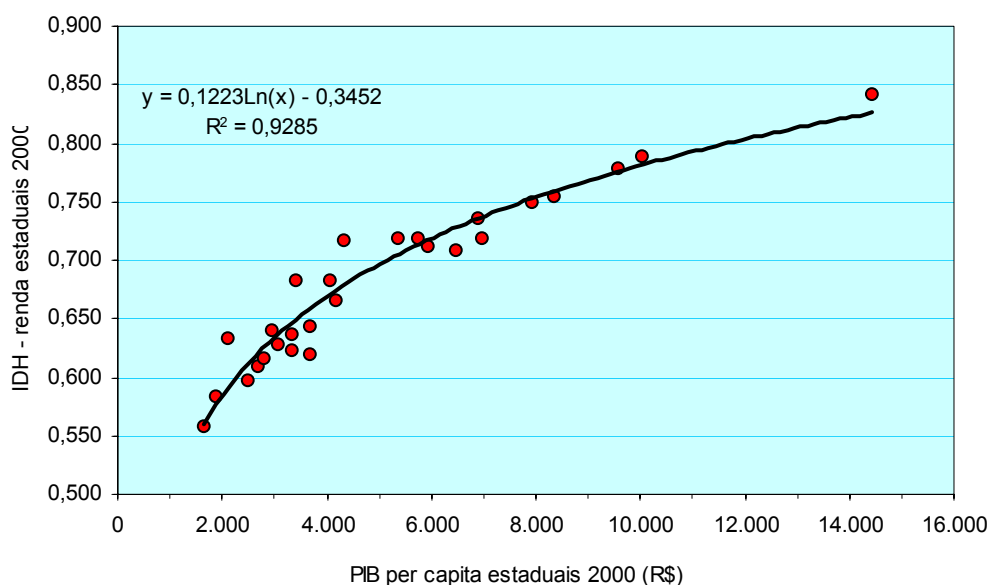
Fontes: SEI/Seplantec e PNUD/ONU.

Como se verifica, o Estado da Bahia apresenta progresso relativo à média brasileira significativamente maior nos aspectos educação e longevidade do que no aspecto renda, o que é explicado pela relação direta existente entre as políticas públicas estaduais de educação e saúde e as melhorias observadas, enquanto que o progresso econômico está sujeito a inúmeras variáveis conjunturais e estruturais situadas fora do alcance de medidas político-administrativas de âmbito regional, ligadas a fenômenos de âmbito nacional e, até mesmo, internacional.

Por outro lado, nota-se que o IDH-Renda (calculado com base nos rendimentos pessoais médios por habitante) da Bahia é 88% da média nacional, mesmo sendo o PIB per capita apenas 57% da média brasileira. Isto pode ocorrer em parte em função de diferenças na distribuição de renda que afetam a relação entre os valores *per capita* do PIB e dos rendimentos pessoais, mas fundamentalmente se deve à metodologia de cálculo do IDH-renda, que considera a expressão do IDH como uma função logarítmica da renda. Segundo este critério, o IDH cresce mais rapidamente nas faixas iniciais de

aumento da renda, reduzindo a velocidade para as rendas médias e superiores, ou seja, admite-se que a renda pessoal apresenta uma utilidade marginal decrescente para o aumento da qualidade de vida. Em outras palavras, tal critério considera que uma unidade monetária de aumento de renda é mais valiosa para quem ganha pouco do que para quem tem rendimentos maiores, o que de fato faz sentido. Este comportamento fica claro no Gráfico 4.1.2 adiante, onde se observa que, apesar da dispersão resultante de variações nos perfis de distribuição de renda estaduais, o IDH-renda e o PIB *per capita* dos estados brasileiros em 2000, se relacionam de uma forma que é muito bem explicada por uma equação de regressão logarítmica.

Gráfico 4.1.2 - Relação entre IDH-renda e PIB *per capita* dos estados brasileiros em 2000



Com base nas tendências detectadas, nas intenções dos planos estaduais e nas relações entre indicadores apresentadas nos parágrafos precedentes, formulou-se, então, dois cenários-meta alternativos para o desempenho macroeconômico prospectivo do Estado da Bahia – denominados “conservador” e “esperado” – definidos pelos objetivos relativos ao horizonte de 2020 indicados na Tabela 4.1.14. A hipótese de desenvolvimento para o conjunto do Brasil é constante nos dois cenários, baseia-se nas projeções demográficas oficiais do IBGE e admite as seguintes taxas de crescimento anual do PIB total após o ano 2000:

- 1,42% e 1,52% em 2001 e 2002, respectivamente (Boletim BCB - Banco Central do Brasil – de maio de 2003);



- 1,8% e 3%, respectivamente, em 2003 e 2004 (médias das “previsões do mercado” nas sondagens conjunturais mais recentes do BCB); e
- 3,5% de 2005 em diante.

Tabela 4.1.14 – Objetivos de IDH e PIB *per capita* segundo os cenários

Discriminação		Valores em 2020
Brasil	Pib <i>per capita</i> (R\$ de 2000)	9.828
	IDH-renda (índice)	0,779
Bahia Cenário Conservador	IDH-renda (% do Brasil)	91
	IDH-educação (% do Brasil)	99
	IDH-longevidade (% do Brasil)	99
	IDH médio (% do Brasil)	96
	IDH-renda (índice)	0,709
	PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2000)	5.540
Bahia Cenário Esperado	IDH-renda (% do Brasil)	94
	IDH-educação (% do Brasil)	104
	IDH-longevidade (% do Brasil)	104
	IDH médio (% do Brasil)	101
	IDH-renda (índice)	0,732
	PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2000)	6.706

O IDH-renda previsto para o Brasil em 2020, foi obtido a partir da equação do Gráfico 4.1.2 e do PIB *per capita* projetado. Os PIB *per capita* baianos em 2020 nos dois cenários foram obtidos da mesma forma, mas em sentido inverso, partindo-se dos objetivos de IDH-renda estabelecidos. Estes, por sua vez, foram fixados com base em:

- metas de IDH médio em 2020 equivalentes a 96% e 101% do índice médio nacional, respectivamente para os cenários conservador e esperado;
- conforme posição mais próxima aos valores médios brasileiros em 2000 (tabela 4.1.13) e a tendência de evolução mais acentuada dos IDH relativos a educação e longevidade da Bahia comparativamente ao IDH-renda, metas para aqueles indicadores de 99% (cenário conservador) e 104% (cenário esperado) da média nacional em 2020; e
- objetivos decorrentes de alcance de índices de IDH-renda no Estado da Bahia em 2020 equivalentes a 91% e 94% da média nacional, respectivamente nos cenários conservador e esperado.



O detalhamento das hipóteses de desenvolvimento correspondentes a estes cenários, mediante um conjunto ampliado de indicadores macroeconômicos, e a especificação das previsões tanto para os horizontes de tempo intermediários quanto segundo os três grandes setores produtivos (necessária para a obtenção dos balizamentos econômicos do crescimento da demanda de água), são apresentados na Tabela 4.1.15.

Apesar dos numerosos valores contidos na Tabela 4.1.15, é importante esclarecer que não se recorreu para estas previsões a um modelo macroeconômico formal. A matriz de resultados reflete, na verdade, o acréscimo de um conjunto de hipóteses adicionais às premissas de desenvolvimento global antes descritas. Contudo, a coerência destas hipóteses é assegurada pela identidade das somas a cada patamar de tempo, de modo que o conjunto resultante é internamente consistente e, portanto, constitui uma trajetória plausível para o alcance das metas de crescimento econômico globais que, somadas às premissas adotadas quanto ao aperfeiçoamento dos patamares de educação e saúde (longevidade), viabilizam o desenvolvimento social (medido pelo IDH médio) estabelecido como objetivo em cada cenário.

Feitos estes esclarecimentos, vale registrar que as projeções de valores e ritmos setoriais de crescimento econômico resultaram da aplicação dos seguintes pressupostos e procedimentos complementares:

- previsão das mais rápidas taxas de expansão do nível de atividade para a indústria, setor que tem liderado o desenvolvimento estadual, concentra a ampla maioria das intenções de investimentos produtivos declaradas para a Bahia e, assim, é mantido como segmento-chave do crescimento econômico até 2020;
- partindo-se das razões observadas na Bahia entre as taxas médias de crescimento dos demais setores e o da indústria no período 1991-2000 (Agropecuária – 66% e Comércio & Serviços – 29%), arbítrio de valores variáveis e progressivos destas razões até atingir os patamares de 40% e 85% em 2020, respectivamente para a agropecuária e o comércio/serviços, supondo-se portanto que o setor terciário deve retomar paulatinamente seu crescimento, por ser o segundo maior concentrador de intenções de investimento privadas (turismo, telecomunicações, comércio/serviços, etc.) e de modo a oferecer adequado suporte às atividades de produção de bens físicos;



- cálculo iterativo das taxas de crescimento do PIB industrial a cada horizonte de tempo, de modo a, respeitando-se as relações numéricas antes mencionadas, alcançar o PIB estadual total projetado.

As projeções da Tabela 4.1.15 podem ser visualmente observadas em contexto com o desempenho econômico da Bahia a partir de 1975 no Gráfico 4.1.3 e no Gráfico 4.1.4.

Tabela 4.1.15 – Hipóteses de Desenvolvimento do Brasil e da Bahia – 2000 a 2020

Discriminação			Unidades	2000	2005	2010	2015	2020	
BRASIL	PIB	Total	R\$ Milhões	1.101.255	1.230.583	1.460.111	1.733.501	2.060.976	
			Cresc. % a.a.	-	2,2	3,5	3,5	3,5	
		Per Capita	R\$/hab./ano	6.486	6.786	7.603	8.602	9.828	
			Cresc. % a.a.	-	0,9	2,3	2,5	2,7	
	População			Mil Habitantes	169.799	181.341	192.041	201.517	209.705
População da Bahia			Mil Habitantes	13.070	13.730	14.303	14.715	14.981	
BAHIA CONSERVADOR	PIB Total	Total	R\$ Milhões	48.197	53.016	61.551	71.518	82.995	
			Cresc. % a.a.	-	1,9	3	3	3	
		Per Capita	R\$/hab./ano	3.688	3.861	4.303	4.860	5.540	
			Cresc. % a.a.	-	0,9	2,2	2,5	2,7	
	PIB da Agropecuária	Valor	BA/BR	0,569	0,569	0,566	0,565	0,564	
			R\$ Milhões	5.225	5.666	6.387	6.960	7.455	
		Participação	Cresc. % a.a.	-	1,6	2,4	1,7	1,4	
			%	10,8	10,7	10,4	9,7	9	
	PIB da Indústria	Valor	R\$ Milhões	19.908	22.341	26.490	31.407	37.224	
			Cresc. % a.a.	-	2,3	3,5	3,5	3,5	
		Participação	%	41,3	42,1	43	43,9	44,9	
			PIB do Comércio e dos Serviços	Valor	R\$ Milhões	23.064	25.009	28.674	33.151
	Cresc. % a.a.	-			1,6	2,8	2,9	2,9	
	Participação	%		47,9	47,2	46,6	46,4	46,2	
		BAHIA ESPERADO		PIB Total	Total	R\$ Milhões	48.197	54.693	66.944
	Cresc. % a.a.		-			2,6	4,1	4,1	4,1
Per Capita	R\$/hab./ano		3.688		3.983	4.680	5.574	6.706	
	Cresc. % a.a.		-		1,6	3,3	3,6	3,8	
PIB da Agropecuária	Valor		BA/BR	0,569	0,587	0,616	0,648	0,682	
			R\$ Milhões	5.225	5.818	6.843	7.687	8.439	
	Participação		Cresc. % a.a.	-	2,2	3,3	2,4	1,9	
			%	10,8	10,6	10,2	9,4	8,4	
PIB da Indústria	Valor		R\$ Milhões	19.908	23.195	29.201	36.746	46.268	
			Cresc. % a.a.	-	3,1	4,7	4,7	4,7	
	Participação		%	41,3	42,4	43,6	44,8	46,1	
			PIB do Comércio e dos Serviços	Valor	R\$ Milhões	23.064	25.680	30.900	37.591
Cresc. % a.a.	-				2,2	3,8	4	4	
Participação	%			47,9	47	46,2	45,8	45,5	



Gráfico 4.1.3 – Evolução e projeções do PIB total e setorial da Bahia: 1975-2020
- Cenário Conservador -

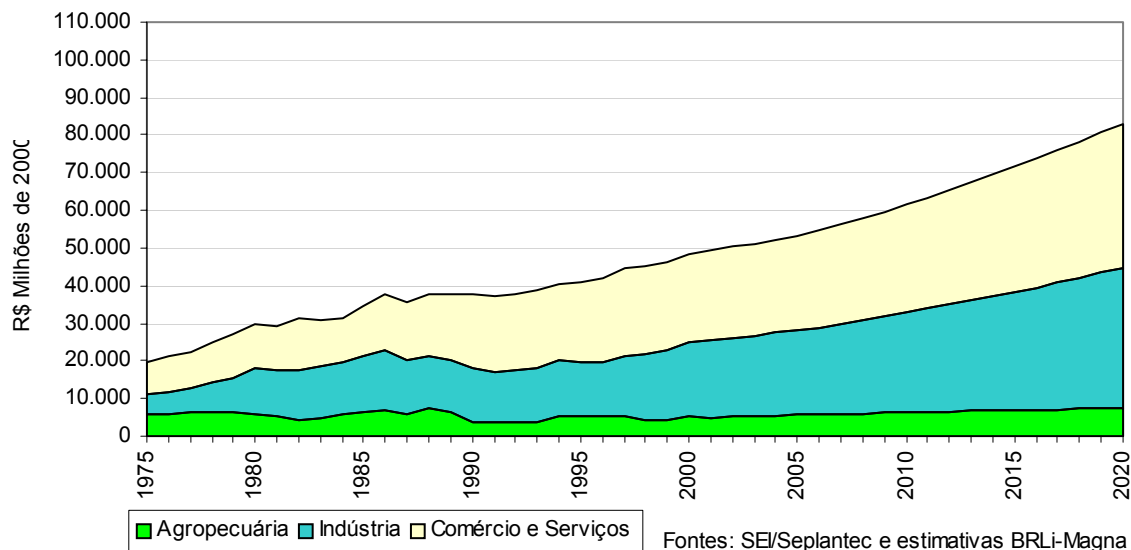
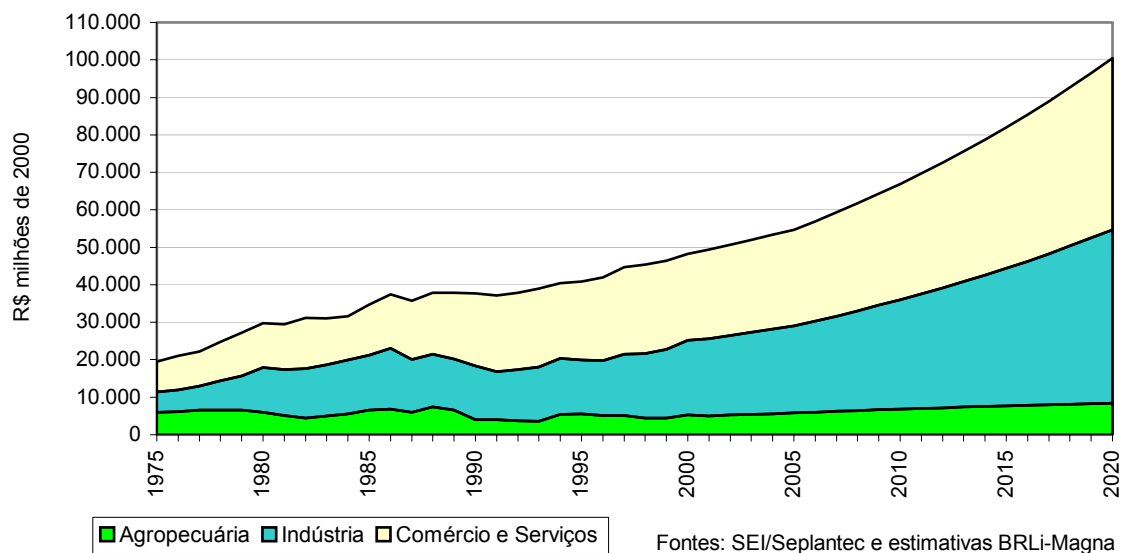


Gráfico 4.1.4 – Evolução e projeções do PIB total e setorial da Bahia: 1975-2020
- Cenário Esperado -



4.1.5 Balizamentos para as Projeções de Demanda

4.1.5.1 Setor Agropecuário

Segundo dados da SEI/Seplantec relativos ao período 1985-2001, a distribuição do PIB da agropecuária tem revelado um aumento da participação da pecuária na renda do setor, em prejuízo das atividades agrícolas. Porém a partir de 1990 este processo se dá em um contexto predominante de tendência de recuperação do PIB agropecuário global, inclusive de seu segmento agrícola. Uma hipótese de manutenção da distribuição aproximada do PIB agropecuário observada em 2001 entre a agricultura (50%), a pecuária (40%) e as demais atividades³ (10%) parece plausível, já que reproduz – até mesmo visualmente – a tendência de evolução recente (década de 1990) dos valores da renda gerada por estes segmentos, conforme se pode observar na Tabela 4.1.16, no Gráfico 4.1.5 e no Gráfico 4.1.6.

Tabela 4.1.16 – Projeções do PIB dos segmentos da Agropecuária, segundo os cenários

Discriminação		Unidades	2000	2005	2010	2015	2020
CONSERVADOR	Total da Agropecuária	R\$ Milhões	5.225	5.666	6.387	6.960	7.455
		Cresc. % a.a.	-	1,6	2,4	1,7	1,4
	Agricultura	R\$ Milhões	2.875	2.833	3.194	3.480	3.727
		Cresc. % a.a.	-	-0,3	2,4	1,7	1,4
	Pecuária	R\$ Milhões	1.867	2.266	2.555	2.784	2.982
		Cresc. % a.a.	-	4,0	2,4	1,7	1,4
	Outras Atividades	R\$ Milhões	483	567	639	696	745
		Cresc. % a.a.	-	3,3	2,4	1,7	1,4
ESPERADO	Total da Agropecuária	R\$ Milhões	5.225	5.818	6.843	7.687	8.439
		Cresc. % a.a.	-	2,2	3,3	2,4	1,9
	Agricultura	R\$ Milhões	2.875	2.909	3.422	3.843	4.220
		Cresc. % a.a.	-	0,2	3,3	2,4	1,9
	Pecuária	R\$ Milhões	1.867	2.327	2.737	3.075	3.376
		Cresc. % a.a.	-	4,5	3,3	2,4	1,9
	Outras Atividades	R\$ Milhões	483	582	684	769	844
		Cresc. % a.a.	-	3,8	3,3	2,4	1,9

3 Extração vegetal, silvicultura, caça, pesca, etc.

Gráfico 4.1.5 - Evolução e projeções do montante e da composição do PIB agropecuário da Bahia 1985/2020 - Cenário Conservador

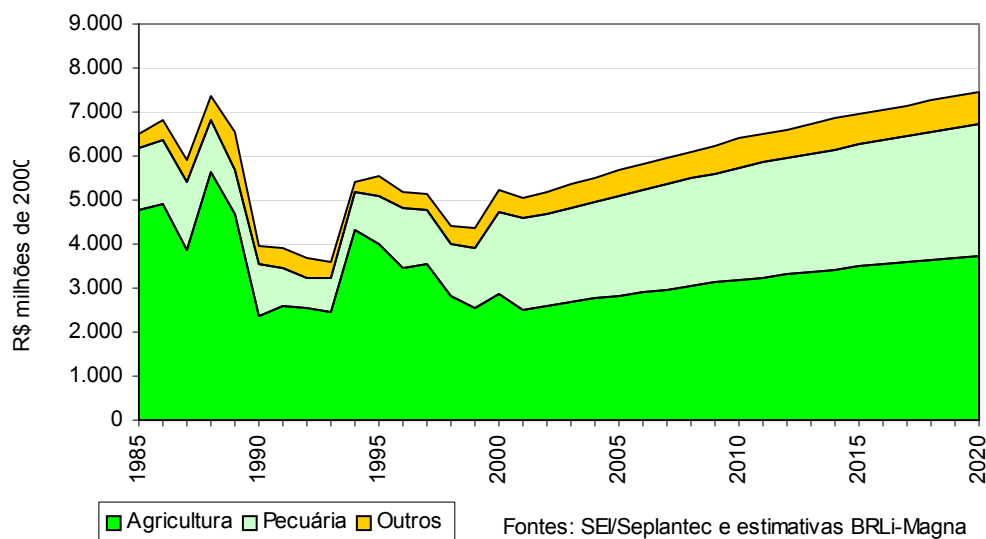
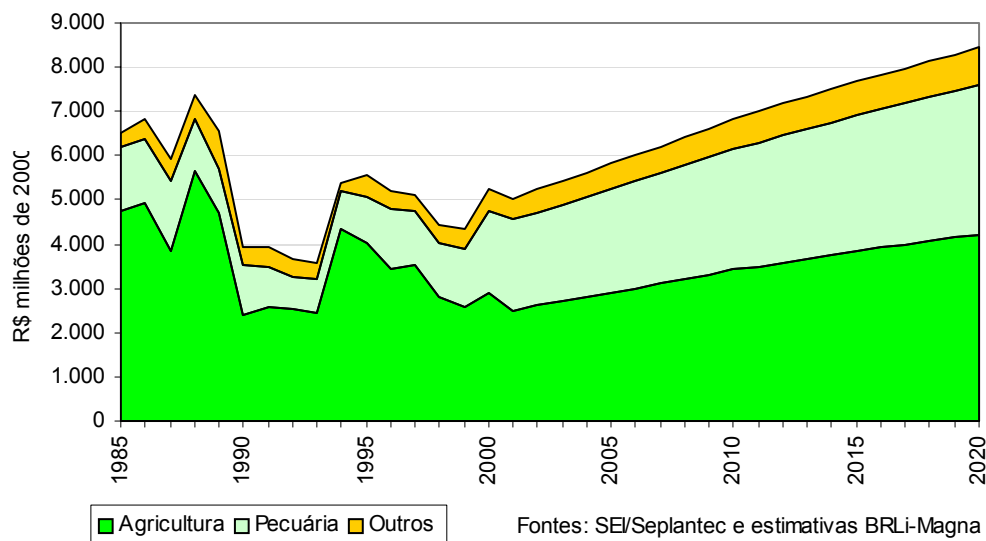


Gráfico 4.1.6 - Evolução e projeções do montante e da composição do PIB agropecuário da Bahia 1985/2020 - Cenário Esperado



Fazendo-se uma aproximação do desempenho econômico na década passada, das lavouras irrigadas e de sequeiro na Bahia através da observação do crescimento dos valores da produção das culturas segundo sua forma predominante de exploração no estado (Tabela 4.1.17), observa-se que as lavouras irrigadas têm apresentado um maior dinamismo, assim aumentando sua participação na renda agrícola bruta de 19% para 23% naquele período.

Tabela 4.1.17 – Taxas de crescimento do valor da produção da agricultura baiana irrigada e de sequeiro na década de 1990 - (Valores a preços constantes de 2000)*

Unidades		Média 1990-1992	Média 1999-2001
Culturas predominantemente irrigadas**	R\$ Mil	637.550	713.566
	Cresc. % a.a.	-	1,3
Culturas predominantemente de sequeiro***	R\$ Mil	2.646.450	2.394.808
	Cresc. % a.a.	-	-1,1

Fonte: IBGE/PAM - Produção Agrícola Municipal

Obs: * Corrigidos pelo deflator implícito do PIB agropecuário da Bahia.

** Frutas (exceto abacaxi) e olerícolas em geral

*** Grãos, cana-de-açúcar, café e demais culturas tradicionais.

Em um cenário de continuidade da retomada do desenvolvimento da agricultura tal como o do cenário conservador, o crescimento médio 2000-2020 do PIB agrícola será de 1,3% a.a. Se o PIB da agricultura irrigada crescer em média 3,13% a.a. nestes 20 anos, portanto na mesma velocidade projetada no cenário conservador de evolução das áreas irrigadas dos estudos de demandas preliminares, o objetivo de PIB agrícola total neste cenário em 2020 será alcançado – dada a distribuição atual - com um crescimento de 0,61% a.a. do PIB da agricultura de sequeiro. Considerando o desempenho relativo dos dois segmentos na fase mais recente de evolução do setor agrícola baiano, pode-se dizer que estes são valores plausíveis, e que portanto, as condicionantes do ambiente econômico mais abrangente não representam um obstáculo ao alcance das metas de desenvolvimento da agricultura irrigada estabelecidas para este cenário.

Semelhante exercício feito para o cenário esperado demonstra que o crescimento do PIB da agricultura irrigada entre 2000 e 2020 a uma taxa anual média de 4,60% - a mesma prevista no cenário esperado de evolução das áreas irrigadas dos estudos de demandas prévios – é factível para um crescimento anual médio de até 0,74% do PIB da agricultura de sequeiro. Sem dúvida, neste caso a hipótese sobre a agricultura irrigada se afigura como mais forte, porém ainda dentro de um espectro plausível considerando as dinâmicas diferenciadas observadas recentemente entre os segmentos, com vantagem significativa para a agricultura irrigada.



Em resumo, o que se conclui é que as tendências projetadas de crescimento econômico da Bahia, quando detalhadas segundo seus setores e subsetores, evidenciam um potencial de desenvolvimento agrícola suficiente para justificar as hipóteses de desenvolvimento da agricultura irrigada formuladas nos estudos de demandas preliminares, as quais, portanto, podem ser mantidas para as projeções finais.

No que se refere à pecuária, as taxas anuais médias 2000-2020 previstas para o crescimento do PIB do setor – 2,4% no cenário conservador e 3,0% no esperado – configuram um potencial que assegura, por larga margem, a factibilidade do alcance da taxa média anual de crescimento dos rebanhos (expressos em unidades equivalentes de bovinos) adotadas nas projeções de demanda, de 0,81% no mesmo período.

4.1.5.2 Agricultura Irrigada

Na previsão da expansão da irrigação no estado, em um cenário conservador, considerou-se as taxas históricas de crescimento segundo os dados do IBGE para os anos de 1985, 1990 e 1995, consolidadas para cada uma das Regiões Administrativas de Águas (RAAs) atualmente existentes. Isso feito os valores encontrados foram aplicados às Unidades de Balanço, de acordo com a RAA onde se localizam, e efetuados os cálculos do crescimento esperado para o horizonte do ano 2020.

A única exceção se deu na Unidade de Balanço da Bacia do Rio Verde Pequeno, onde atualmente já se verifica um considerável déficit hídrico e não se vislumbra possibilidades de solucioná-lo, tendo sido considerado portanto, que não haverá crescimento das áreas irrigadas nesta região.

A tabela 4.1.18, a seguir, apresenta a taxa de crescimento tendencial para cada RAA e Unidades de Balanço correspondentes.

Tabela 4.1.18 - Taxas de Crescimento Históricas das Áreas Irrigadas

RAA	UNIDADES DE BALANÇO	TAXA DE CRESCIMENTO
Extremo Sul e Bacias do Leste	10, 11, 12, 13.1, 13.2 e 13.3	3,62%
Bacia do rio de Contas e Recôncavo Sul	8, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6	2,11%
Bacias do rio Paraguaçu, Recôncavo Norte e Inhambupe	5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2, 7.1 e 7.2	3,58%
Bacias dos rios Itapicuru, Real e Vaza Barris	2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1 e 4.2	1,71%
Sub-médio São Francisco	1.6.4 e 1.6.5	3,20%
Margem Esquerda do Lago do Sobradinho	1.6.1	3,46%
Margem Direita do Lago do Sobradinho	1.6.2 e 1.6.3	3,16%
Bacias dos rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro	1.5	1,94%
Rio Grande	1.4	3,76%
Rio Corrente	1.2 e 1.3	3,29%

As taxas encontradas confirmam as estimativas da SEAGRI/SIR para o crescimento médio da irrigação no Estado da Bahia, que é de cerca de 3% ao ano.

No segundo cenário, sustentado ou esperado, considerou-se, além das taxas de crescimento históricas, também a implantação de projetos de irrigação públicos, cuja determinação foi feita com base em informações constantes do Plano Estadual de Irrigação - SEAGRI e Inventário de Projetos – CODEVASF, 1999, a partir dos quais foi elaborada uma relação dos projetos em estudo pelos principais órgãos fomentadores da irrigação no estado, quais sejam: CODEVASF, DNOCS e SEAGRI/SIR, selecionando-se então aqueles que têm uma possibilidade real de serem implementados dentro do horizonte de análise considerado.

Para esta análise foram utilizados os seguintes critérios para a escolha dos projetos a serem incluídos nas projeções:

- estágio de desenvolvimento dos estudos, tendo sido incluídos todos aqueles que se encontram em fase de implantação ou com estudos em nível de projeto Básico ou Executivo;
- prioridades de implantação, obtidas através de informações dos órgãos responsáveis ou de programas de Governo em andamento;



- existência de solos de boa aptidão para irrigação nas áreas previstas para a implantação dos projetos;
- necessidades de ações de Governo em determinadas regiões, identificadas a partir de informações locais ou de questões levantadas na fase de diagnóstico.

O quadro 4.1.1 relaciona os projetos que foram considerados, e seus horizontes de implantação até o ano de 2020, na projeção feita para a evolução das áreas irrigadas.

Alguns projetos que constavam da relação completa que originou o referido quadro não foram considerados, pois devido a seu pequeno porte, suas áreas, mesmo que implantadas, somadas às áreas atualmente irrigadas, seriam menores que as áreas projetadas a partir das taxas históricas e com isso não alterariam o quadro de crescimento da irrigação, não tendo, portanto, impacto sobre o total de áreas irrigadas em um determinado município ou região.

Os projetos selecionados foram incluídos no total de áreas irrigadas de acordo com as projeções de implantação, entretanto considerou-se que eles não terão interferência no crescimento das áreas irrigadas nos anos subseqüentes a sua implementação, mantendo-se as taxas de incremento apenas sobre as áreas irrigadas antes dos projetos públicos, uma vez que quando se trata de projetos de maior porte e conseqüentemente com prazos mais longos de implantação, mesmo que haja ações da iniciativa privada nessas regiões, essas serão de modo geral de pequeno porte, compatíveis com a tendência que já se observa atualmente.

Esta situação pode ser observada nos projetos Baixio de Irecê e Cruz das Almas, da CODEVASF, no vale do rio São Francisco, nas bacias dos rios Paraguaçu e Contas e na região de Juazeiro.

As tabelas 4.1.19 e 4.1.20, apresentadas na seqüência, mostram um resumo, por RPGA, da situação atual da irrigação e da projeção para os anos de 2005, 2010, 2015 e 2020 para o Cenário Tendencial, considerando o crescimento histórico, e para o Cenário Desejado, que inclui os projetos públicos de irrigação listados no quadro 4.1.1.

Quadro 4.1.1 - Relação dos Projetos Públicos de Irrigação a Serem Implantados

Projetos Públicos de Irrigação	Município	Área (ha)	Fonte hídrica	Entidade	Situação Atual	Horizonte			
						2005	2010	2015	2020
RPGA do Extremo Sul									
Limeira	Prado	1.925	Rio Jucuruçu	SEAGRI	EPV VB		1.925	1.925	1.925
RPGA das Bacias dos Rios Pardo e Jequitinhonha									
Itapetinga	Itapetinga	10.050	Rio Pardo	SEAGRI	EPV VB			2.000	6.000
Campo Valente	Mascote	1.600	Rio Pardo	SEAGRI	EPV VB			1.600	1.600
RPGA da Bacia do Rio de Contas									
Condeúba	Condeúba	2.489	Rio Gavião	DNOCS	EPV VB	526	2.489	2.489	2.489
Curral Novo	Jequié	430	Barragem de Pedras	SEAGRI	Implantação	430	430	430	430
Jussiape/Jão Vaz	Jussiape	12.803	Rios Jussiape/Contas	DNOCS	EPV VB		3.000	8.000	12.800
Conceição	Manoel Vitorino	200	Barragem de Pedras	SEAGRI	PBE	200	200	200	200
Rio de Contas	Piatã	180	Rio de Contas	SEAGRI	PBE	180	180	180	180
Tremedal	Tremedal	410	Rio Gavião	DNOCS	EPV VB		410	410	410
RPGA da Bacia do Rio Paraguauçu									
Bernardino	Andaraí	1.000	Rio Paraguauçu	SEAGRI	EPV VB		1.000	1.000	1.000
Bom Despejo	Andaraí	500	Rio Paraguauçu	SEAGRI	EPV VB		500	500	500
Moreno	Andaraí	1.250	Rio Paraguauçu	SEAGRI	EPV VB		1.250	1.250	1.250
Conceição da Feira	Conceição da Feira	1.825	Bar.Pedra do Cavalo	SEAGRI	EPV VB	1.825	1.825	1.825	1.825
T. Cruz das Almas	Cruz das Almas	15.000	Bar.Pedra do Cavalo	SEAGRI	EPV VB		3.000	10.000	15.000
Caldeirão	Itaberaba	3.039	Rio Paraguauçu	SEAGRI	PBE	3.039	3.039	3.039	3.039
Flamengo	Itaberaba	1.734	Rio Paraguauçu	SEAGRI	PBE	1.734	1.734	1.734	1.734
Canto do Gado	Itaeté	5.250	Rio Paraguauçu	SEAGRI	EPV VB			2.250	5.250
Piranhas	Marcionílio Souza	2.900	Rio Paraguauçu	SEAGRI	EPV VB			2.900	2.900
Argoim	Rafael Jambeiro	6.000	Rio Paraguauçu	SEAGRI	EPV VB		2.000	6.000	6.000
T. de Santo Estevão	Santo Estevão	8.000	Bar.Pedra do Cavalo	SEAGRI	EPV VB		2.500	8.000	8.000
Beco-Bebedouro	Seabra	2.900	Rio Tijucu	SEAGRI	EPV VB			2.900	2.900
Barrinha	Utinga	250	Rio Utinga	SEAGRI	EPV VB		250	250	250
Mulungu	Utinga	250	Rio Sto.Antonio	SEAGRI	EPV VB		250	250	250
Jacuípe	Várzea da Roça	1.002	Rio S. José	SEAGRI	Implantação	1.002	1.002	1.002	1.002
Bina	Wagner	500	Rio Utinga	SEAGRI	EPV VB		500	500	500
Pega	Wagner	250	Rio Utinga	SEAGRI	EPV VB		250	250	250
Serrinha	Wagner	500	Rio Utinga	SEAGRI	EPV VB		500	500	500
RPGA da Bacia do Rio Itapicuru									
Diversos	E. da Cunha/TucanoQuijingue	3.000	Poço Tubular	SEAGRI	EPV VB	3.000	3.000	3.000	3.000
Amari	Cipó	27	Poço Tubular	SEAGRI	PBE	27	27	27	27
Manequinho	Conde	1.250	Rio Itapicuru	SEAGRI	EPV VB		1.250	1.250	1.250
Pindobaçu	Pindobaçu/Saúde	1.500	Rio Itapicuru Açú	SEAGRI	EPV VB		1.500	1.500	1.500
Ponto Novo	Ponto Novo	4.500	Açude Ponto Novo	SEAGRI	Implantação	2.000	4.500	4.500	4.500
RPGA das Bacias dos Rios Real e Vaza-Barris									
Diversos	Canudos/Jeremoabo	2.000	Poço Tubular	SEAGRI	EPV VB	2.000	2.000	2.000	2.000
RPGA do Submédio São Francisco na Bahia									
Pedra Branca	Curaçá	2.500	Rio São Francisco	CHESF	Implantação	2.500	2.500	2.500	2.500
Jusante	Glória	1.835	Barragem Itaparica	CHESF	EPV VB	1.835	1.835	1.835	1.835
Campos Novos	Paulo Afonso	87	Paulo Afonso IV	SEAGRI	PBE	87	87	87	87
Paulo Afonso	Paulo Afonso	542	Paulo Afonso	SEAGRI	Implantação	542	542	542	542
Rodelas	Rodelas	1.729	Rio São Francisco	CHESF	Implantação	1.729	1.729	1.729	1.729
Salitre	Juazeiro	29.589	Rio São Francisco	CODEVASF	Implantação	12.000	25.000	29.589	29.589
RPGA do Lago de Sobradinho									
Cruz das Almas	Casa Nova	75.000	Barragem Sobradinho	CODEVASF	EPV VB		5.000	15.000	25.000
Pilão Arcado	Pilão Arcado	200	Barragem Sobradinho	CODEVASF	PBE	200	200	200	200
RPGA das Bacias dos Rios Verde e Jacaré									
Baixio de Irecê	Xique-Xique/Itaguaçu da Bahia	79.000	Rio S. Francisco	CODEVASF	PBE	10.000	22.500	35.000	47.500
RPGA da Calha do Médio São Francisco na Bahia									
Iuiú	Malhada/S. Laranjeiras/Iuiú	30.306	Rio São Francisco	CODEVASF	EPV VB	4.000	17.000	30.306	30.306
Estreito IV	Urandi	5.884	Aç.Cova da Mandioca	CODEVASF	Implantação	3.000	3.000	3.000	3.000
RPGA da Bacia do Rio Corrente									
Mocambo-Cuscuzero	Santa Maria da Vitória	11.000	Rio do Meio	SEAGRI	PBE	5.000	11.000	11.000	11.000
TOTAL		332.186				56.856	130.904	204.449	243.752
Fonte:Superintendência de Irrigação-SIR; SEI, 2000 - Ajustado pelo Consórcio MAGNA/BRLi									
Notas: (1) EPV VB - Estudos de Pré-Viabilidade, Viabilidade e Básicos									
(2) PBE - Proieto Básico e Executivo									



Tabela 4.1.19 - Projeção das Áreas Irrigadas por RPGA – Cenário Conservador

RPGA		Área Irrigada 1995 (ha)	Crescimento Anual Médio 1995/2020 (%)	Área Irrigada (ha) - Cenário Conservador				
Nº	Nome			2000	2005	2010	2015	2020
I	Extremo Sul	12.975,30	3,62%	15.500,13	18.516,26	22.119,29	26.423,43	31.565,10
II	Rios Pardo e Jequitinhonha	3.384,28	3,62%	4.042,81	4.829,49	5.769,25	6.891,88	8.232,95
III	Bacias Leste	2.696,58	3,62%	3.221,30	3.848,13	4.596,93	5.491,43	6.559,99
IV	Rio de Contas	25.182,11	2,11%	27.953,33	31.029,51	34.444,22	38.234,70	42.442,32
V	Recôncavo Sul	5.114,71	2,11%	5.677,57	6.302,37	6.995,93	7.765,81	8.620,42
VI	Recôncavo Norte e Inhambupe	10.759,80	3,58%	12.828,73	15.295,48	18.236,55	21.743,13	25.923,98
VII	Rio Paraguaçu	20.522,76	3,58%	24.468,94	29.173,92	34.783,58	41.471,89	49.446,25
VIII	Rio Itapicuru	3.221,85	1,71%	3.506,91	3.817,18	4.154,90	4.522,50	4.922,63
IX	Rios Vaza-Barris e Real	2.199,03	1,71%	2.393,59	2.605,36	2.835,87	3.086,77	3.359,87
X	Submédio São Francisco	34.958,90	3,20%	40.921,94	47.902,12	56.072,93	65.637,45	76.833,42
XI	Rio Salitre	6.617,43	3,20%	7.746,19	9.067,48	10.614,14	12.424,63	14.543,93
XII	Lago do Sobradinho	8.629,73	3,32%	10.160,66	11.963,82	14.087,71	16.589,51	19.536,62
XIII	Rios Verde e Jacaré	6.461,28	3,16%	7.548,76	8.819,26	10.303,60	12.037,76	14.063,78
XIV	Rios Carnaíba de Dentro, Paramirim e Santo Onofre	5.789,04	1,94%	6.372,79	7.015,40	7.722,82	8.501,57	9.358,84
XV	Calha do Médio São Francisco na Bahia	31.252,72	2,06%	34.218,90	37.852,12	41.930,79	46.641,36	52.085,91
XVI	Rio Grande	51.754,89	3,76%	62.244,54	74.860,21	90.032,82	108.280,61	130.226,84
XVII	Rio Corrente	34.246,65	3,29%	40.263,31	47.337,01	55.653,47	65.431,01	76.926,33
Total do Estado		265.767,07	3,13%	309.070,40	360.235,13	420.354,79	491.175,44	574.649,19

Tabela 4.1.20 - Projeção das Áreas Irrigadas por RPGA – Cenário Esperado

RPGA		Área Irrigada 1995 (ha)	Crescimento Anual Médio 1995/2020 (%)	Área Irrigada (ha) - Cenário Esperado				
Nº	Nome			2000	2005	2010	2015	2020
I	Extremo Sul	12.975,30	3,87%	15.500,13	18.516,26	24.044,29	28.348,43	33.490,10
II	Rios Pardo e Jequitinhonha	3.384,28	6,37%	4.042,81	4.829,49	5.769,25	10.491,88	15.832,95
III	Bacias Leste	2.696,58	3,62%	3.221,30	3.848,13	4.596,93	5.491,43	6.559,99
IV	Rio de Contas	25.182,11	3,46%	27.953,33	32.365,51	41.153,22	49.943,70	58.954,32
V	Recôncavo Sul	5.114,71	2,11%	5.677,57	6.302,37	6.995,93	7.765,81	8.620,42
VI	Recôncavo Norte e Inhambupe	10.759,80	3,58%	12.828,73	15.295,48	18.236,55	21.743,13	25.923,98
VII	Rio Paraguaçu	20.522,76	6,61%	24.468,94	36.773,92	54.383,58	85.621,89	101.596,25
VIII	Rio Itapicuru	3.221,85	6,40%	3.506,91	8.844,18	14.431,90	14.799,50	15.199,63
IX	Rios Vaza-Barris e Real	2.199,03	3,63%	2.393,59	4.605,36	4.835,87	5.086,77	5.359,87
X	Submédio São Francisco	34.958,90	4,81%	40.921,94	66.595,12	87.765,93	101.919,45	113.115,42
XI	Rio Salitre	6.617,43	3,20%	7.746,19	9.067,48	10.614,14	12.424,63	14.543,93
XII	Lago do Sobradinho	8.629,73	6,80%	10.160,66	12.163,82	19.287,71	31.789,51	44.736,62
XIII	Rios Verde e Jacaré	6.461,28	3,16%	7.548,76	8.819,26	10.303,60	12.037,76	14.063,78
XIV	Rios Carnaíba de Dentro, Paramirim e Santo Onofre	5.789,04	1,94%	6.372,79	7.015,40	7.722,82	8.501,57	9.358,84
XV	Calha do Médio São Francisco na Bahia	31.252,72	5,96%	34.218,90	54.852,12	84.430,79	114.947,36	132.891,91
XVI	Rio Grande	51.754,89	3,76%	62.244,54	74.860,21	90.032,82	108.280,61	130.226,84
XVII	Rio Corrente	34.246,65	3,84%	40.263,31	55.337,01	66.653,47	76.431,01	87.926,33
Total do Estado		265.767,07	4,60%	309.070,40	420.091,13	551.258,79	695.624,44	818.401,19

Da análise dos resultados pode-se tirar algumas conclusões que mostram que o Cenário Esperado é o mais representativo para os estudos ora desenvolvidos, conforme descrito na seqüência.

Observa-se que as regiões do Médio e do Submédio São Francisco, onde atualmente a prática da irrigação é mais desenvolvida, tiveram um grande aporte de investimentos públicos, realizados em sua maioria nas décadas de 70 e 80, e que após isso continuaram seu crescimento baseado em ações da iniciativa privada, que hoje representam mais da metade das áreas irrigadas. Apesar disso ainda existem projetos públicos em fase final de projeto ou mesmo em implantação nessas áreas, como por exemplo, os projetos Iuiu, Baixio de Irecê e Salitre, todos de grande porte, que vão acelerar ainda mais o crescimento observado nos últimos anos.

No caso de regiões como o Oeste Baiano e a Bacia do rio de Contas, projetos de menor porte implantados pelo poder público abriram o caminho para a iniciativa privada, seja através da melhoria das condições de infra-estrutura, seja pela criação de um mercado consolidado para os produtos agrícolas. Nessas ainda existem ações públicas em andamento, porém com um impacto bem menor na expectativa de crescimento das áreas irrigadas; sendo o setor privado o fator preponderante neste crescimento. Especificamente com relação à bacia do rio de Contas, alguns projetos de pequeno e médio porte darão um incremento maior às áreas irrigadas. Na região do rio Correntina existe um projeto da SEAGRI que é prioritário em curto prazo, para o qual já vêm sendo desenvolvidas ações de organização dos futuros beneficiários no sentido de garantir a implantação do mesmo.

Já nas regiões litorâneas localizadas ao sul do Estado, exceção feita às bacias dos rios Pardo e Jequitinhonha, a irrigação tem um crescimento de médio a acelerado, devido quase que inteiramente à iniciativa privada. A utilização da irrigação na região é decorrente da necessidade da diversificação da produção agrícola, após a queda nos preços internacionais do cacau, e visa garantir a produção, uma vez que a região, apesar de apresentar bons índices pluviométricos, está sujeita à ocorrência de veranicos que provocam a perda de parte da produção.

No vale do rio Pardo, onde atualmente a irrigação é ainda incipiente, está prevista a implantação de projetos de irrigação públicos, uma vez que ocorrem solos com bom potencial para esta prática e os investimentos públicos são extremamente necessários para promover o desenvolvimento da região.



A bacia do rio Paraguaçu é prioritária para a implantação de projetos de irrigação por parte do poder público, estando em fase final de estudos e licitação de obras quatro barragens de regularização de vazão, as quais permitirão o aproveitamento de extensas áreas, que apresentam os melhores potenciais para irrigação no Estado, o que resultará num incremento considerável nas áreas atualmente irrigadas.

Para as bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe não há previsão de investimentos públicos para o desenvolvimento da irrigação, porém esta já está consolidada, principalmente em torno da irrigação de cana-de-açúcar que, pelos expressivos resultados obtidos, garante que as taxas de crescimento atuais serão mantidas, pelo menos enquanto houver disponibilidade de recursos hídricos para atender as demandas.

No caso das Bacias do Leste não há previsão de investimentos públicos na ampliação das áreas irrigadas, uma vez que esta região tem uma vocação voltada para o turismo e para o cultivo do cacau, que apesar de ter passado por um período de grande declínio nos últimos anos vem recebendo incentivos tanto técnicos, através do desenvolvimento de clones resistentes à vassoura-de-bruxa, quanto financeiros, no sentido de substituir as lavouras antigas. Nas áreas onde já houve a substituição do cacau por outros cultivos, principalmente de frutíferas, praticamente não há necessidade de irrigação, uma vez que apresenta uma alta precipitação pluviométrica, relativamente bem distribuída ao longo do ano, suficiente para a condução das lavouras.

Finalmente com relação às bacias localizadas na região Nordeste do estado, onde atualmente o uso da irrigação é incipiente, apesar de ser uma das regiões onde esta prática é fundamental para o sucesso da exploração agrícola, estão previstas ações do Estado para a implementação de grande número de projetos de pequeno porte, utilizando os recursos de água subterrânea, abundante na área do aquífero Tucano, visando a melhoria das condições socioeconômicas da região e seu nivelamento com as demais regiões do estado.

4.1.5.3 Indústria

As tendências de desenvolvimento da indústria baiana apresentam como particularidade, além da manutenção do papel de liderança do processo de crescimento econômico evidenciado retrospectivamente e reforçado pela maciça concentração no setor das intenções de investimentos sondadas para os anos vindouros, o fato de que



apontam para um quadro de desconcentração espacial do segmento industrial mediante a expansão do nível de atividade industrial em ritmos diferenciados nas várias RPGAs.

De fato, conforme se vê na tabela 4.1.21, as intenções de investimentos industriais apresentam distribuição territorial inteiramente diversa da atividade industrial no estado. Mesmo considerando-se que tais intenções se concretizem apenas parcialmente, os indícios são fortes no sentido de que a demanda de água do setor industrial tende a crescer significativamente mais rápido em RPGAs como a do Extremo Sul e a do Rio Grande, em que os investimentos médios anuais previstos a partir de 2003 atingem proporções sobre os PIBs industriais regionais⁴ muito superiores à proporção média estadual.

Tabela 4.1.21 – Distribuição por RPGA do PIB industrial 2000 e dos investimentos médios anuais anunciados para o setor industrial baiano no período 2003/2007

RPGA		PIB Industrial 2000		Intenções Anunciadas de Investimentos Industriais - média anual 2003-2007 -		
Nº	Nome	R\$ Mil	%	R\$ Mil	% do Estado	% do PIB 2000 da RPGA
I	Extremo Sul	624.442	3,14	1.002.295	38,31	160,51
II	Rios Pardo e Jequitinhonha	399.439,51	2,01	112.720	4,31	28,22
III	Bacias Leste	507.210,21	2,55	90.499	3,46	17,84
IV	Rio de Contas	263.787,29	1,33	27.545	1,05	10,44
V	Recôncavo Sul	162.376,03	0,82	17.390	0,66	10,71
VI	Recôncavo Norte e Inhambupe	15.540.212,43	78,06	1.104.324	42,21	7,11
VII	Rio Paraguaçu	777.117,92	3,90	80.885	3,09	10,41
VIII	Rio Itapicuru	159.180,24	0,80	2.011	0,08	1,26
IX	Rios Vaza-Barris e Real	1.898,01	0,01	-	-	-
X	Submédio São Francisco	1.121.964,10	5,64	35.433	1,35	3,16
XI	Rio Salitre	5.232,73	0,03	-	-	-
XII	Lago do Sobradinho	108.349,79	0,54	200	0,01	0,18
XIII	Rios Verde e Jacaré	27.790,48	0,14	-	-	-
XIV	Rios Paramirim, Carnalba de Dentro, e Santo Onofre	27.377,30	0,14	-	-	-
XV	Calha do Médio São Francisco na Bahia	17.296,41	0,09	6.300	0,24	36,42
XVI	Rio Grande	159.108,95	0,80	133.280	5,09	83,77
XVII	Rio Corrente	5.453,62	0,03	3.216	0,12	58,97
Total do Estado		19.908.237	100,00	2.616.100	100,00	13,14

Fontes: Estimativas Magna-BRLi (PIB industrial por RPGA) e Porto, 2001 (intenções de investimentos anunciadas).

Uma estimativa do impacto desta tendência de desconcentração espacial da indústria em termos de ritmos de crescimento diferenciados do PIB setorial, apresentada na tabela 4.1.22 (cenário conservador) e na tabela 4.1.23 (cenário esperado), foi feita com base nos seguintes pressupostos, parâmetros e procedimentos:

⁴ Estimados por município como a soma dos produtos dos salários locais totais (Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual) por grandes gêneros industriais (extração de minerais, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) pelas relações médias PIB/salários destes gêneros no Estado da Bahia. Apropriados por RPGA conforme a distribuição das sedes municipais entre estas regiões.



- materialização de 50% dos investimentos industriais anunciados nas RPGAs;
- taxas globais de investimento na indústria baiana de 20% do PIB no cenário conservador e 22% no esperado;
- separação dos crescimentos dos PIB industriais anuais projetados⁵ do estado em duas parcelas – crescimento difuso e crescimento direcionado, sendo a segunda parcela proporcional, ano a ano, à parte da taxa de investimento explicada pelos investimentos anunciados (razão percentual entre as estimativas para o estado de investimentos médios anuais anunciados e materializados no período 2003-2007 e o PIB industrial total do ano anterior) e a primeira proporcional ao complemento da segunda para integralização da taxa de investimento total;
- distribuição da parcela de crescimento difuso entre as RPGAs, a cada ano até 2007, proporcionalmente ao PIB industrial por RPGA do ano anterior;
- distribuição da parcela de crescimento direcionado entre as RPGA, a cada ano até 2007, proporcionalmente aos investimentos industriais anuais médios anunciados por RPGAs;
- de 2008 a 2010, taxas anuais médias de crescimento do PIB industrial por RPGA obtidas por interpolação linear entre os valores de 2007 por RPGA e a média estadual, ou seja, supondo-se a permanência de um efeito indireto induzido de expansão industrial posterior aos investimentos especificados para o período 2003-2007, até uma convergência gradativa para um quadro de crescimento espacialmente homogêneo após a conclusão do ciclo de projetos anunciado.

Observa-se nos resultados apresentados nas tabelas 4.1.22 e 4.1.23 que, com base nas informações disponíveis e nos critérios adotados nas projeções, a atividade industrial tende a apresentar, em algumas RPGAs, taxas de crescimento substancialmente superiores à média estadual até 2010. Mas a intensidade deste comportamento tal como ele se apresenta à luz dos dados hoje disponíveis não será ainda determinante de uma descentralização espacial acentuada da indústria baiana. Entretanto, como caso seja

⁵ Com base nos valores conhecidos do PIB industrial (SEI/Seplantec) até 2001 e, de 2002 em diante, em interpolações geométricas (por taxa média de crescimento) entre os patamares quinquenais (2005, 2010, 2015 e 2020) da tabela 4.1.24.



detectada uma intensificação desta tendência os efeitos prospectivos poderão se tornar significativos, a re-verificação do estado dos vetores que dirigem os padrões espaciais de crescimento da indústria baiana deve ser uma prioridade para futuras revisões do PERH-BA, de modo a manter atualizadas as previsões segundo as RPGAs das necessidades hídricas futuras para atendimento ao setor industrial.

Tabela 4.1.22 – Projeções de valores, taxas de crescimento e participações por RPGA do PIB industrial da Bahia – Cenário Conservador –

RPGA		2000		2005			2010			2020		
Nº	Nome	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% BA	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% ao ano	% BA	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% ao ano	% BA	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% ao ano	% BA
I	Extremo Sul	624,4	3,14	835,9	6,0	3,74	1.305,6	9,3	4,93	1.834,6	3,5	4,93
II	Rios Pardo e Jequitinhonha	399,4	2,01	457,1	2,7	2,05	561,4	4,2	2,12	788,8	3,5	2,12
III	Bacias Leste	507,2	2,55	572,7	2,5	2,56	686,4	3,7	2,59	964,5	3,5	2,59
IV	Rio de Contas	263,8	1,33	295,0	2,3	1,32	347,2	3,3	1,31	487,9	3,5	1,31
V	Recôncavo Sul	162,4	0,82	181,6	2,3	0,81	213,9	3,3	0,81	300,6	3,5	0,81
VI	Recôncavo Norte e Inhambupe	15.540,2	78,06	17.301,5	2,2	7,44	20.194,5	3,1	76,23	28.377,5	3,5	76,23
VII	Rio Paraguaçu	777,1	3,90	869,0	2,3	3,89	1.022,7	3,3	3,86	1.437,1	3,5	3,86
VIII	Rio Itapicuru	159,2	0,80	175,9	2,0	0,79	202,2	2,8	0,76	284,2	3,5	0,76
IX	Rios Vaza-Barris e Real	1,9	0,01	2,1	2,0	0,01	2,4	2,8	0,01	3,4	3,5	0,01
X	Submédio São Francisco	1.122,0	5,64	1.242,6	2,1	5,56	1.435,9	2,9	5,42	2.017,8	3,5	5,42
XI	Rio Salitre	5,2	0,03	5,8	2,0	0,03	6,6	2,8	0,02	9,3	3,5	0,02
XII	Lago do Sobradinho	108,3	0,54	119,5	2,0	0,54	137,1	2,8	0,52	192,6	3,5	0,52
XIII	Rios Verde e Jacaré	27,8	0,14	30,6	2,0	0,14	35,1	2,8	0,13	49,4	3,5	0,13
XIV	Rios Carnaíba de Dentro, Paramirim e Santo Onofre	27,4	0,14	30,2	2,0	0,14	34,6	2,8	0,13	48,6	3,5	0,13
XV	Calha do Médio São Francisco na Bahia	17,3	0,09	20,0	2,9	0,09	25,0	4,6	0,09	35,2	3,5	0,09
XVI	Rio Grande	159,1	0,80	195,1	4,2	0,87	268,8	6,6	1,01	377,7	3,5	1,01
XVII	Rio Corrente	5,5	0,03	6,5	3,5	0,03	8,5	5,6	0,03	12,0	3,5	0,03
Total do Estado		19.908,2	100,0	22.341,0	2,3	100,00	26.490,3	3,5	100,00	37.224,3	3,5	100,00

Obs: * Valores a preços constantes do ano 2000.



Tabela 4.1.23 – Projeções de valores, taxas de crescimento e participações por RPGA do PIB industrial da Bahia – Cenário Esperado –

RPGA		2000		2005			2010			2020		
Nº	Nome	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% BA	PIB (R\$10 ⁶)*	% ao ano	% BA	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% ao ano	% BA	PIB (R\$ 10 ⁶)*	% ao ano	% BA
I	Extremo Sul	624,4	3,14	916,5	8,0	3,95	1.556,2	11,2	5,33	2.465,7	4,7	5,33
II	Rios Pardo e Jequitinhonha	399,4	2,01	477,8	3,6	2,06	626,1	5,6	2,14	992,1	4,7	2,14
III	Bacias Leste	507,2	2,55	595,8	3,3	2,57	759,3	5,0	2,60	1.203,1	4,7	2,60
IV	Rio de Contas	263,8	1,33	305,9	3,0	1,32	381,7	4,5	1,31	604,8	4,7	1,31
V	Recôncavo Sul	162,4	0,82	188,4	3,0	0,81	235,3	4,5	0,81	372,8	4,7	0,81
VI	Recôncavo Norte e Inhambuê	15.540,2	78,06	17.913,4	2,9	77,23	22.139,1	4,3	75,82	35.078,9	4,7	75,82
VII	Rio Paraguaçu	777,1	3,90	901,1	3,0	3,88	1.124,4	4,5	3,85	1.781,6	4,7	3,85
VIII	Rio Itapicuru	159,2	0,80	181,6	2,7	0,78	220,5	4,0	0,76	349,4	4,7	0,76
IX	Rios Vaza-Barris e Real	1,9	0,01	2,2	2,6	0,01	2,6	3,9	0,01	4,1	4,7	0,01
X	Submédio São Francisco	1.122,0	5,64	1.284,2	2,7	5,54	1.568,6	4,1	5,37	2.485,5	4,7	5,37
XI	Rio Salitre	5,2	0,03	6,0	2,6	0,03	7,2	3,9	0,02	11,4	4,7	0,02
XII	Lago do Sobradinho	108,3	0,54	123,4	2,6	0,53	149,3	3,9	0,51	236,6	4,7	0,51
XIII	Rios Verde e Jacaré	27,8	0,14	31,6	2,6	0,14	38,3	3,9	0,13	60,6	4,7	0,13
XIV	Rios Carnaíba de Dentro, Paramirim e Santo Onofre	27,4	0,14	31,2	2,6	0,13	37,7	3,9	0,13	59,7	4,7	0,13
XV	Calha do Médio São Francisco na Bahia	17,3	0,09	21,0	3,9	0,09	28,1	6,0	0,10	44,5	4,7	0,10
XVI	Rio Grande	159,1	0,80	208,5	5,6	0,90	310,3	8,3	1,06	491,7	4,7	1,06
XVII	Rio Corrente	5,5	0,03	6,9	4,7	0,03	9,7	7,1	0,03	15,4	4,7	0,03
Total do Estado		19.908,2	100,00	23.195,1	3,1	100,00	29.200,9	4,7	100,00	46.268,2	4,7	100,0

Obs: * Valores a preços constantes do ano 2000.



